



## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de licenciamento de Backup, para atender as necessidades da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, de acordo com as especificações e definições constantes deste **TERMO DE REFERÊNCIA** e seus **APÊNDICES**.

Lote	Item	Descrição	Métrica	Quantidade	CATSER	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável
1	1	Subscrição de licenças de software para backup	Máquina Virtual	1151	27502	1.439,44	1.656.795,44
	2	Subscrição de solução de proteção para Microsoft Office 365	Usuário	2400	27502	194,29	466.296,00
	3	Treinamento Oficial da ferramenta de Backup (Turma de 5 alunos)	Turma	1	16837	89.895,91	89.895,91
VALOR TOTAL							2.212.987,35

#### 2. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO

##### 2.1. DA CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A solução de Backup é um serviço de fundamental importância para a instituição, pois suporta a função de salvaguarda das informações que apoiam a execução das atividades finalísticas da ANTT, de forma a garantir o atingimento de sua missão institucional.

2.1.2. O Mapa Estratégico da ANTT 2020-2030, tem como um de seus objetivos estratégicos “*aprimorar a disponibilidade, a qualidade e a integração das informações internas e externas*”, de modo que permita à área de Tecnologia da Informação e Comunicação da ANTT atender às demandas resultantes da necessidade de alinhamento das ações de TI com o planejamento estratégico institucional.

2.1.3. A continuidade dos negócios e da prestação de serviços à sociedade pela ANTT depende diretamente da existência e da disponibilidade das informações que são armazenadas em ambiente tecnológico na Agência.

2.1.4. A necessidade de uma nova Solução de Backup se faz indispensável, uma vez que provê disponibilidade, proteção e automação do acesso a informação do órgão, minimizando a contaminação dos serviços e sistemas informatizados pelo mau uso da informação e garantindo a proteção dos dados confidenciais do órgão, sendo fundamental para a manutenção das informações de propriedade ou sob custódia das áreas negociais, protegendo-as de acessos não autorizados, conforme a Política de Segurança da Informação.

2.1.5. A solução de backup utilizada atualmente pela ANTT encontra-se em vias de esgotamento do seu espaço em discos, em virtude dos novos sistemas desenvolvidos e em desenvolvimento, considerando-se, ainda, o Sistema Eletrônico de Informações - SEI, novo modelo de processo eletrônico implantado na Agência, que requer espaço considerável no ambiente de backup para armazenamento e sustentação do que é produzido na ferramenta, assim como demais informações e dados produzidos no órgão.

2.1.6. A contratação de licenciamento de backup, visa prover maior capacidade de armazenamento, alta disponibilidade das aplicações e serviços, recuperação, segurança e disponibilidade das informações. O repasse de conhecimento é essencial para a operação do serviço de todos que trabalham com a solução. Assim sendo, o requisito de treinamento faz-se necessário.

##### 2.2. DO ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAIS

2.2.1. A contratação pretendida encontra-se prevista no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da ANTT, PDTIC 2021-2024 e encontra-se alinhada aos objetivos estratégicos definidos pelo Mapa Estratégico da ANTT 2020 – 2030 e no Plano Anual de Contratação – PAC, conforme tabela abaixo:

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI	
Planejamento Estratégico ANTT - 2020-2030	
ID	Objetivo Estratégico
PR2	aprimorar a disponibilidade, a qualidade e a integração das informações internas e externas
Alinhamento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC	
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2021-2024	
ID	NECESSIDADE

N10Aperfeiçoar os mecanismos e ambientes para assegurar alta disponibilidade e evolução tecnológica				
ID	Ação do PDTIC		ID	Meta do PDTIC associada
	<ul style="list-style-type: none"><li>Estabelecer política de backup (ou instrumento normativo equivalente) documentada e aprovada formalmente Realizar backup (principal base de dados da organização), com qual periodicidade diária Completos (full);</li><li>Realizar Backup do servidor ou conjunto de servidores/máquinas que hospedam o sistema referido na pergunta 2.2 (principal sistema hospedado pela organização), com periodicidade diária;</li><li>Realizar periodicamente, testes de restauração (restore) dos seus backups;</li><li>Implementar criptografia de ponta-a-ponta no local de armazenamento, os arquivos dos backups;</li><li>Implementar na organização seus backups em ao menos um destino não acessível remotamente.</li></ul>			Assegurar a guarda física e virtual dos dados da ANTT
	<ul style="list-style-type: none"><li>Migrar os Bancos de Dados Não Relacionais;</li><li>Migrar o servidor de arquivos;</li><li>Migrar os Sistemas e Aplicações;</li><li>Migrar o Escritório Eletrônico para nuvem (Office 365);</li><li>Migrar os Bancos de Dados Relacionais;</li><li>Criar o ambiente de Máquina Virtual (WVD);</li><li>Migrar o Barramento de Serviços para Nuvem;</li><li>Migrar os serviços de mensageria para nuvem;</li><li>Criar os serviços de compartilhamento de arquivo de usuários;</li><li>Implantar ambiente de trabalho virtual e videoconferência da ANTT;</li><li>Criar o ambiente de backup de curta duração na nuvem.</li></ul>			Realizar a migração dos serviços tecnológicos para ambiente de alta disponibilidade
	<ul style="list-style-type: none"><li>Estabelecer política de backup (ou instrumento normativo equivalente) documentada e aprovada formalmente</li></ul>			Reduzir o número de incidentes na infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI)
Alinhamento ao Plano Anual de Contratações - PAC				
Item no PAC	Descrição			Aprovação
<ul style="list-style-type: none"><li>1.52</li><li>1.55</li><li>1.59</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Expansão da Solução de Backup</li><li>Serviços de manutenção, garantia e suporte técnico para a Solução de Backup</li><li>Serviço de Manutenção da Solução de Backup</li></ul>			Aprovado na Revisão do Planejamento Anual de Contratações - PAC 2022, nos termos da Deliberação nº 408, de 3 de dezembro de 2021.
Alinhamento à Estratégia de Governo Digital				
Decreto nº 10.332/2020:				
Objetivo 16 - Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação				
Iniciativa 16.4. Otimizar a infraestrutura de, pelo menos, trinta datacenters do Governo federal, até 2022				
Integração à Plataforma de Cidadania Digital				
Não se aplica.				

### 2.3. DOS RESULTADOS E BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

#### 2.3.1. Dentre os principais resultados a serem alcançados com a contratação, pode-se destacar:

- Possibilitar a recuperação dos serviços de TIC no menor tempo possível em caso de desastre ou perda de arquivos;
- Garantir a salvaguarda das informações constantes nos ambientes físicos e virtuais;
- Garantir a infraestrutura e os recursos tecnológicos adequados às atividades da ANTT;
- Garantir a disponibilidade e segurança dos dados e aplicações críticas da ANTT;
- Prover infraestrutura tecnológica adequada ao desempenho institucional da Agência.

### 2.4. DOS CRITÉRIOS DE PARCELAMENTO OU AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES

2.4.1. Os itens desta contratação foram agrupados por formarem uma solução única, a qual deverá ser entregue e instalada em conjunto e gerenciada em um único contrato, pois possuem natureza e objetivo final similar, dependência entre si, detalhes técnicos particulares em sua integração e necessidade de total compatibilidade para seu perfeito funcionamento

2.4.2. Este requisito objetiva garantir o planejamento, a instalação, a configuração, o funcionamento e o repasse de conhecimento da solução de software de backup, restauração e replicação de dados de forma íntegra e coordenada, com o intuito

de garantir adequadamente a completa proteção dos dados da ANTT e prover a garantia de que não haverá indefinições quanto a responsabilidade de eventuais falhas na execução contratual.

2.4.3. O agrupamento de itens irá garantir a qualidade técnica da solução não prejudicando a competitividade do certame, já que é de amplo conhecimento a existência de várias empresas no mercado de fornecimento da solução.

2.4.4. Considerando a necessidade de agrupamento de equipamentos e serviços em lote único, verifica-se a impossibilidade de aplicação de cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, uma vez que esse instrumento só é aplicável na aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

### 3. DA NATUREZA DO OBJETO

3.1. Trata-se de serviço contínuo, sem dedicação de mão de obra exclusiva, essencial para manter o funcionamento das atividades finalísticas da ANTT, de modo que sua interrupção comprometerá a prestação de serviço público da Agência e pelo fato de eventual paralisação da atividade contratada implicar em prejuízo ao exercício das atividades da Administração e no cumprimento de sua missão institucional, conforme art. 15, da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017](#).

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS

4.1. O objeto pretendido são de natureza comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da [Lei nº 10.520/2002](#), por apresentar, independente de sua complexidade, padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do [Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018](#), constituindo-se em serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios à área de competência legal da ANTT, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, compreendendo serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação, conforme estabelecido pelo inciso XXIII, art. 1º, da [Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018](#), os quais são preferencialmente objeto de execução indireta.

4.3. A contratação de solução de licenciamento para backup não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a ANTT, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

#### 5.1. DOS BENS E/OU SERVIÇOS DA SOLUÇÃO

5.1.1. As quantidades de bens e serviços deverão obedecer às definições da tabela abaixo:

Item	Descrição	Métrica	Quantidade
1	Subscrição de licenças de software para backup	Máquina Virtual	1151
2	Subscrição de solução de proteção para Microsoft Office 365	Usuário	2400
3	Treinamento Oficial da ferramenta de Backup (Turma de 5 alunos)	Turma	1

5.1.2. As licenças de software e treinamento serão executados sob demanda, **SEM GARANTIA DE CONSUMO MÍNIMO OU MÁXIMO**, mediante a abertura de ORDEM DE SERVIÇO (OS).

5.1.3. Os softwares deverão estar acompanhados de sua documentação técnica completa e atualizada, *preferencialmente*, no idioma português, do Brasil, compreendendo manuais, guias de instalação e outros pertinentes.

5.1.4. A documentação deverá ser fornecida em sua forma original, impressa ou em mídia digital, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo, mesmo que autenticadas, e deverá ser disponibilizada no site do fabricante para download.

#### 5.2. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

5.2.1. A Contratada deverá fornecer certificado de registro do direito de atualização das licenças no site do fabricante pelo período de 12 (doze) meses.

5.2.2. O serviço de atualização das licenças será prestado dentro do período de vigência do contrato e consiste no fornecimento para a ANTT de todas as versões, features, releases, fixes e service packs, de forma a manter a solução permanentemente atualizada, bem como, no fornecimento de manuais e boletins técnicos com informações que assegurem a plena utilização dos produtos licenciados sem custo adicional para a ANTT.

5.2.3. O detalhamento técnico do objeto encontra-se descrito no APÊNDICE "A", deste TERMO DE REFERÊNCIA (SEI nº 11953592).

#### 5.3. DOS REQUISITOS DE NEGÓCIO

5.3.1. Garantir a disponibilidade e continuidade dos serviços de TI;

5.3.2. Garantir a salvaguarda das informações, de acordo com a PORTARIA SUTEC nº 01/2021, que instituiu a Política de Cópia de Segurança (*Backup*) e Restauração de Dados (*Restore*) da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

5.3.3. Garantir a infraestrutura e os recursos tecnológicos adequados às atividades da Agência;

5.3.4. Possibilitar a recuperação dos serviços de TI no menor tempo possível em caso de desastre ou perda de informações, de acordo com a Política de Backup;

5.3.5. Atualização tecnológica da solução de backup permitindo melhora e otimização no desempenho das rotinas de guarda e recuperação de dados, e que estas sejam executadas no menor tempo hábil possível e que interfiram o mínimo possível nos serviços de TI disponibilizados;

5.3.6. Prover uma plataforma que viabilize testes de recuperação, de acordo com a Política de Backup.

#### 5.4. **DAS NORMAS, PADRÕES E BOAS PRÁTICAS DE TIC**

5.4.1. Norma Complementar n. 14/IN01/DSIC/GSIPR, que estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades relacionados à Segurança da Informação (SI) para o tratamento da informação em ambiente de Computação em Nuvem, nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF), direta e indireta.

5.4.2. Resolução nº 5854 de 10 de setembro de 2019, que aprovou a Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC) da ANTT.

5.4.3. Portaria nº 1, de 31 de março de 2021, instituiu a Política de Cópia de Segurança (Backup) e Restauração de Dados (Restore) da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, alcançando todos os integrantes de seu Quadro Funcional e todos os recursos administrativos e tecnológicos relacionados, de modo permanente ou temporário. A presente portaria dentre as diversas diretrizes definidas, estabelece que a política de Backup da ANTT terá período de retenção de um ano.

5.4.4. Acórdão TCU 1109/2021 – PLENÁRIO que recomendou ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com fundamento no art. 11 da Resolução - TCU 315/2020, que editem normativos para, cada um no seu âmbito de governança, orientar os gestores e regulamentar a obrigatoriedade de que as entidades e órgãos públicos aprovem formalmente e mantenham atualizadas políticas gerais e planos específicos de backup (para suas bases de dados e sistemas críticos, por exemplo), contemplando requisitos mínimos para endereçar os cinco subcontroles do controle 10 (Data Recovery Capabilities) do framework preconizado pelo Center for Internet Security (CIS), em especial quanto à definição do escopo dos dados a serem copiados, suas respectivas periodicidades, tipos, quantidades de cópias, locais de armazenamento, tempos de retenção e outros requisitos de segurança.

5.4.5. Lei nº 12.527/2011, dispõe sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI).

5.4.6. Decreto nº 7.724/2012, que regulamenta a LAI.

5.4.7. Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

5.4.8. Decreto nº 8.420/2018, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, em que recomenda que a Contratada possua ou desenvolva programa de integridade, que consiste num conjunto de “mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

5.4.9. Decreto nº 10.046/2019, que dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.

5.4.10. Portaria MPDG nº 20, de 14 de junho de 2016, que dispõe sobre orientações para contratação de soluções de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, e o documento de Boas práticas, orientações e vedações para contratação de Serviços de Computação em Nuvem vinculado à portaria MPDG nº 20, de 14 de junho de 2016.

5.4.11. Dentre outras normas e boas práticas aplicadas ao objeto.

#### 5.5. **DOS REQUISITOS DE ENTREGA/IMPLANTAÇÃO**

5.5.1. O processo de entrega/implantação da solução deverá ser realizado pela CONTRATADA.

5.5.2. As subscrições de software deverão ser devidamente reconhecidas e emitidas em favor da ANTT pelo fabricante, de acordo com suas regras e práticas de licenciamento.

#### 5.6. **DOS REQUISITOS DE GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO**

5.6.1. Nos termos do Apêndice “A” deste Termo de Referência (SEI nº 11953592).

#### 5.7. **DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE**

5.7.1. A CONTRATADA deverá exigir dos seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE, o uso obrigatório de uniformes e crachás de identificação.

5.7.2. A CONTRATADA não poderá se utilizar da presente contratação para obter qualquer acesso não autorizado as informações de propriedade do CONTRATANTE.

5.7.3. A CONTRATADA não pode obter, capturar, copiar ou transferir qualquer tipo de informação de propriedade do CONTRATANTE, sem autorização.

5.7.4. A CONTRATADA deverá assinar Termo de Compromisso, de acordo com o APÊNDICE “G”, deste Termo de Referência.

5.7.5. A CONTRATADA deve atender as Políticas de Segurança da Informação e demais normativos correlatos publicados pelo CONTRATANTE.

5.7.6. A CONTRATADA deve-se abster de divulgar ou repassar quaisquer dados ou informações, salvo se expressamente autorizado pela CONTRATANTE.

5.7.7. A CONTRATADA deverá atender à legislação, principalmente à Instrução Normativa GSI/PR nº 01, de 13.06.2008, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a qual disciplina a gestão de segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, bem como ao Decreto nº 9.637/2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

5.7.8. Norma Complementar n. 14/IN01/DSIC/GSIPR, que estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades relacionados à Segurança da Informação (SI) para o tratamento da informação em ambiente de Computação em Nuvem, nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF), direta e indireta.

5.7.9. Portaria SUTEC nº 1, de 31 de março de 2021, instituiu a Política de Cópia de Segurança (Backup) e Restauração de Dados (Restore) da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, alcançando todos os integrantes de seu Quadro Funcional e todos os recursos administrativos e tecnológicos relacionados, de modo permanente ou temporário. A presente portaria dentre as diversas diretrizes definidas, estabelece que a política de Backup da ANTT terá período de retenção de um ano.

## 5.8. DOS REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

5.8.1. Nos termos do Apêndice “A” deste Termo de Referência (SEI nº 11953592).

## 5.9. DO DETALHAMENTO DAS ENTREGAS E DOS SERVIÇOS

### 5.9.1. DO FORNECIMENTO DOS SOFTWARES

5.9.1.1. Fornecimento de licenças incluindo todas as funcionalidades solicitadas nesse Termo de Referência, como: suporte para backup, restauração e tecnologia de desduplicação de dados, conforme Apêndice “A” deste Termo de Referência (SEI nº 11953592).

### 5.9.2. DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO

5.9.2.1. A CONTRATADA deverá realizar a instalação e configuração no ambiente da CONTRATANTE, de forma a garantir que a solução será entregue em perfeitas condições de uso, considerando o atendimento de todos os requisitos descritos neste Termo de Referência, e sem nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

5.9.2.2. A instalação e configuração dos softwares poderão ser efetuadas em qualquer dia da semana, inclusive fora do horário comercial, desde que acordado com a CONTRATANTE.

5.9.2.3. Os serviços de instalação e configuração da solução serão executados na: Sede da Agência Nacional de

a) Transportes Terrestre - ANTT, no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8, Bloco G, telefone (61) 3410-1316 - Brasília – DF, CEP: 70200-003.

b) URBA - 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 160 - Ed. Sede do Banco Central - Salas 201 a 204 - Centro Administrativo da Bahia – CAB. Cep: 41.745-001 – Salvador/BA. Tels: (71) 3311-0300 / 0304.

5.9.2.4. Todas as configurações deverão ser realizadas em conformidade com a recomendação do fabricante dos softwares, boas práticas de implementação recomendada pelo fabricante e os requisitos fornecidos pela ANTT ao ambiente em questão.

### 5.9.3. DOS SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO DE SOFTWARE

5.9.3.1. Nos termos do Apêndice “A” deste Termo de Referência (SEI nº 11953592).

## 5.9.4. DO SUPORTE TÉCNICO

5.9.4.1. Nos termos do Apêndice “A” deste Termo de Referência (SEI nº 11953592).

## 5.9.5. DA GARANTIA E MANUTENÇÃO

5.9.5.1. Nos termos do Apêndice “A” deste Termo de Referência (SEI nº 11953592).

## 6. DA EQUIPE TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

6.1. A CONTRATADA deverá utilizar profissionais devidamente capacitados e habilitados para o objeto especificado neste Termo de Referência, impondo-lhes rigoroso padrão de qualidade, segurança e eficiência.

## 7. DO MODELO DE EXECUÇÃO

### 7.1. DA REUNIÃO DE ALINHAMENTO

7.1.1. Deverá ser realizada reunião de alinhamento com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.1.2. Deverão participar dessa reunião, no mínimo, o Gestor do Contrato na ANTT e o Representante da CONTRATADA.

7.1.3. A reunião realizar-se-á na ANTT em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data de assinatura do Contrato, conforme agendamento efetuado pelo Gestor do Contrato na ANTT.

7.1.4. Nessa reunião a CONTRATADA deverá apresentar oficialmente seu Preposto, além de fornecer as respectivas comprovações acerca dos requisitos de qualificação exigidos para os seus profissionais na execução do Objeto.

7.1.5. Todos os entendimentos da reunião de alinhamento deverão constar da Ata de reunião a ser lavrada pelo Gestor do Contrato na ANTT e assinada por todos os participantes.

7.1.6. A CONTRATADA cumprirá as instruções complementares da ANTT quanto à execução e horário de realização do serviço, permanência e circulação de seu(s) técnico(s) nas dependências da ANTT e unidades vinculadas.

### 7.2. DA ORDEM DE SERVIÇO

7.2.1. A execução dos serviços serão realizados mediante a abertura de Ordem de Serviço (OS) e autorização do Gestor do Contrato.

7.2.2. A OS registrará as etapas, os prazos e o detalhamento dos serviços de entrega e ativação, bem como demais informações necessárias para a execução dos serviços por parte da CONTRATADA.

7.2.3. Após aprovação das demandas, o Gestor do Contrato encaminhará a OS para a CONTRATADA, bem como as informações necessárias para sua execução.

7.2.4. Cada demanda deverá ser executada atendendo as especificações e condições constantes deste Termo de Referência e melhores práticas, além das que constarem da OS.

### 7.3. DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.3.1. O local de entrega, instalação e configuração será na:

a) Sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8 - Brasília - DF, CEP: 70200-003.

b) URBAN - 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 160 - Ed. Sede do Banco Central - Salas 201 a 204 - Centro Administrativo da Bahia - CAB. Cep: 41.745-001 - Salvador/BA. Tels: (71) 3311-0300 / 0304.

### 7.4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

7.4.1. A CONTRATADA deverá observar os seguintes prazos de execução:

Descrição	Início da execução	Finalização da execução
Licenciamento	1º dia útil após o recebimento da Ordem de Serviços (OS)	Em até 10 (dez) dias úteis contados da data de emissão da Ordem de Serviço (OS)
Treinamento	Após o recebimento da Ordem de Serviço (OS)	Em até 60 (sessenta) dias contados da data de emissão da Ordem de Serviço (OS)

### 7.5. DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

7.5.1. A adoção de Nível Mínimo de Serviço (NMS), vinculados às ordens de serviços, tem como finalidade definir claramente os objetivos, produtos, prazos, padrões de qualidade, responsabilidades das partes e garantir a identificação de problemas e adoção de ações preventivas e/ou corretivas.

7.5.2. Os Níveis Mínimos de Serviço são critérios para aferir e avaliar os diversos indicadores relacionados com os serviços contratados.

7.5.3. No Nível Mínimo de Serviço está definida a maneira pela qual estes fatores serão avaliados e as deduções a serem aplicadas na fatura mensal, quando o serviço prestado não alcançar o nível mínimo aceitável.

7.5.4. A aferição e a avaliação dos serviços prestados dar-se-á mensalmente pela ANTT e serão apresentadas por meio de relatório apresentado pela CONTRATADA.

7.5.5. A identificação de inconsistências entre os indicadores apresentados e os indicadores apurados pela fiscalização da ANTT, configura-se como não cumprimento do Nível Mínimo de Serviço, sendo neste caso aplicada as glosas previstas neste Termo de Referência, levando-se em consideração a dedução no pagamento da fatura estipulada na tabela de indicadores de níveis mínimos de serviço.

7.5.6. A simples aplicações de glosas por descumprimento do acordo de nível de serviço não exime a CONTRATADA de outras sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

7.5.7. O Gestor e/ou Fiscais do Contrato acompanharão a execução do objeto junto aos recursos disponibilizados pela CONTRATADA e emitirá Parecer Técnico com as atividades desenvolvidas, considerando o seguinte indicador:

IAE – INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE OS		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Serviço.	
Meta a cumprir	IAE ≤ 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da Contratante e lista de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos.	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OS (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OS.	
Periodicidade	Mensalmente, para cada Ordem de Serviço encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p><b>IAE = <math>\frac{TEX - TEST}{TEST}</math></b></p> <p>Onde:</p> <p><b>IAE</b> – Indicador de Atraso de Entrega da OS;</p> <p><b>TEX</b> – Tempo de Execução - corresponde ao período de execução da OS, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OS.</p> <p>A data de início será aquela constante na OS; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OS.</p>	

	A data de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OS continua a correr, findando-se apenas quanto a Contratada entrega os produtos da OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico. <b>TEST</b> - Tempo Estimado para a execução da OS - constante na OS, conforme estipulado no Termo de Referência.
<b>Observações</b>	Obs1: Serão utilizados dias úteis na medição. Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador. Obs3: Não se aplicará este indicador para as OS de Manutenções Corretivas do tipo Garantia e aquelas com execução interrompida ou cancelada por solicitação da Contratante.
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão da OS.
<b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b>	Para valores do indicador <b>IAE</b> : De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS; De 0,11 a 0,20 – Glosa de 0,25% sobre o valor da OS; De 0,21 a 0,30 – Glosa de 0,5% sobre o valor da OS; De 0,31 a 0,50 – Glosa de 0,75% sobre o valor da OS; De 0,51 a 1,00 – Glosa de 1% sobre o valor da OS; Acima de 1 - Será aplicada Glosa de 10% sobre o valor da OS e multa de 1% sobre o valor do Contrato.

## 7.6. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.6.1. O **CONTRATO** terá vigência de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até o limite previsto no art. 57, inciso IV, da [Lei nº 8.666/1993](#), mediante aditivo contratual, desde que devidamente comprovada a necessidade e a vantagem da prorrogação.

7.6.2. Apenas os itens 1 e 2 do Lote são passíveis de prorrogação.

7.6.3. Caso ocorram renovações contratuais, a **CONTRATADA** deverá apresentar as garantias financeiras pertinentes aos itens objeto da renovação, devendo ainda, manter-se nas condições de habilitação previstas, mantendo os critérios e condições de qualidade para a execução dos serviços.

## 7.7. DO REGIME DE EXECUÇÃO

7.7.1. Critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por PREÇO GLOBAL.

## 8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 8.1. DA GESTÃO DO CONTRATO

8.1.1. A ANTT, por meio de representantes nomeados, fiscalizará a execução do contrato, não importando essa fiscalização em redução ou supressão da responsabilidade da CONTRATADA por eventual erro, falha ou omissão, exceto se decorrentes de determinações emanadas da ANTT, das quais a CONTRATADA tenha discordado por escrito.

8.1.2. Para isso, a ANTT registrará em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando notificações à CONTRATADA, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência.

8.1.3. Objetivando assegurar à ANTT eficiente coordenação, a CONTRATADA obriga-se a indicar um representante e seu substituto eventual, para responder, perante a ANTT pelo gerenciamento técnico e operacional do contrato, até o total cumprimento das obrigações assumidas.

### 8.2. DOS PAPEIS E RESPONSABILIDADES

#### 8.2.1. PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

8.2.1.1. **Gestor do Contrato:** Servidor com capacidade gerencial, técnica e operacional, relacionada ao processo de gestão do contrato.

8.2.1.2. **Fiscal Requisitante:** Servidor representante da SUTEC, indicado pela autoridade competente, responsável em fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional da Solução de Tecnologia da Informação.

8.2.1.3. **Fiscal Técnico:** Servidor representante da SUTEC, indicado pela autoridade competente, responsável em fiscalizar tecnicamente o contrato.

8.2.1.4. **Fiscal Administrativo:** Servidor representante da área administrativa, indicado pela autoridade competente, responsável por fiscalizar os aspectos administrativos do contrato.

#### 8.2.2. PELA CONTRATADA

8.2.2.1. **Preposto:** Representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à ANTT, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

### 8.3. INTERAÇÃO ENTRE A ANTT E CONTRATADA

#### 8.3.1. Reuniões Periódicas

8.3.1.1. Deverão ser realizadas reuniões periódicas para encerramento das etapas previstas no Termo de Referência, bem como recebimento dos serviços e produtos definidos.

8.3.1.2. As reuniões periódicas deverão ser realizadas nas instalações da sede da ANTT, em Brasília-DF, com a participação, no mínimo, do Gestor e fiscais do Contrato na ANTT e do Representante da CONTRATADA.

8.3.1.3. Todos os entendimentos das reuniões periódicas deverão constar da Ata de reunião a ser lavrada pelo Gestor do Contrato na ANTT e assinada por todos os participantes.

#### 8.3.2. Reuniões de Validações

8.3.2.1. Deverá ser realizada uma reunião com o objetivo de verificar se as expectativas do Contrato foram alcançadas, de identificar possíveis ocorrências não desejáveis e de consolidar lições aprendidas.

8.3.2.2. Deverão participar dessa reunião, no mínimo, o Gestor e Fiscais do Contrato na ANTT e o Representante da CONTRATADA.

8.3.2.3. A reunião realizar-se-á em até 15 (quinze) dias consecutivos e contados para o encerramento da vigência do Contrato, conforme agendamento efetuado pelo Gestor do Contrato na ANTT.

#### 8.3.3. Mecanismos formais de comunicação

8.3.3.1. A comunicação entre a ANTT e a CONTRATADA, para fins de encaminhamento de Ordens de Serviço ou outro documento, ocorrerá sempre via Preposto, ou seu substituto, designado pela CONTRATADA.

8.3.3.2. A comunicação dos usuários com a Central de Atendimento/Suporte da CONTRATADA poderá ser realizada por meio de abertura de chamado via telefone com registro de protocolo ou utilização de sistema informatizado que permita o registro da demanda.

8.3.3.3. São instrumentos formais de comunicação entre a ANTT e a CONTRATADA:

- a) Ordens de Serviço;
- b) Termos de Recebimento;
- c) Chamado registrado na Central de Atendimento;
- d) Ofícios;
- e) Relatórios e Atas de Reunião;
- f) E-mail institucional/corporativo;
- g) Ferramenta de gestão de demandas;
- h) Ferramenta Microsoft Teams ou similar em uso pela CONTRATANTE;
- i) Demais Termos previstos no instrumento convocatório.

### 9. DO PREPOSTO

9.1. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar durante a vigência do **CONTRATO** um Preposto que servirá de interface junto à ANTT para o bom andamento e cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência.

### 10. DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

10.1. Os profissionais e prepostos da CONTRATADA não terão nenhum vínculo empregatício com a ANTT, correndo por conta exclusiva da CONTRATADA, todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, infortunistica do trabalho, fiscal, comercial e outras correlatas, as quais a CONTRATADA se obriga a saldar na época devida.

### 11. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

11.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, no que couber, conforme disposto na [Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010](#) e [Decreto nº 7.746/2012](#), da Casa Civil, da Presidência da República.

11.2. A CONTRATADA deverá assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos, inclusive:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferências para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção de bens;
- f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços;
- h) adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
- i) administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- j) conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- k) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de redução de consumo de água e redução da produção



de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

l) disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando aplicável, para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;

m) orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários;

n) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

o) orientar seus empregados para a destinação dos resíduos recicláveis descartados aos devidos coletores de resíduos recicláveis existentes nas dependências da ANTT.

11.3. A licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme modelo constante deste Termo de Referência, a ser apresentado na fase de aceitação da proposta.

11.4. A exigência visa atender aos dispositivos normativos, acima enumerados, bem como demais normativos acerca dos critérios de sustentabilidade socioambiental, de forma a estabelecer que a licitante promova ações ambientais por meio de treinamento de seus colaboradores, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, visando o cumprimento das ações estabelecidas neste Termo de Referência, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

## **12. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA ANTT**

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

12.4. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da [IN SEGES/MP nº 5/2017](#).

12.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada.

12.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

12.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

12.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

12.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

12.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da [Lei nº 8.666/1993](#).

12.12. A autoridade competente designará representantes para as funções de Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, conforme dispõe o art. 29 da [Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019](#).

12.13. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios constantes deste Termo de Referência, observando-se o disposto nos arts. 18 e 32 da [Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019](#).

12.14. Receber o objeto da contratação, atestando sua conformidade com a proposta aceita e condições descritas nos instrumentos convocatórios, de acordo com o que dispõe o art. 17 da [Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019](#).

12.15. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

## **13. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

13.2. Manter, quando especificado, a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato.

13.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

- 13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a ANTT autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 13.5. Utilizar empregados habilitados, treinados e qualificados para os serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 13.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do [Decreto nº 7.203/2010](#).
- 13.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos, quando aplicável: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da [IN SEGES/MP nº 5/2017](#).
- 13.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela ANTT ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.
- 13.10. Paralisar, por determinação da ANTT, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 13.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 13.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.14. Submeter previamente, por escrito, à ANTT, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do objeto da contratação.
- 13.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 13.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 13.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da ANTT.
- 13.18. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, compreendendo, inclusive, a capacitação dos técnicos da ANTT ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 13.19. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual.
- 13.20. Reparar quaisquer danos diretamente causados à ANTT ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento da execução dos serviços pela ANTT.
- 13.21. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela ANTT, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão.
- 13.22. Indicar formalmente e por escrito, na data de assinatura do contrato, um Preposto idôneo com poderes de decisão para representar a CONTRATADA junto à ANTT, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato.
- 13.23. Apresentar à ANTT, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão a Agência e unidades vinculadas para a execução do serviço.
- 13.24. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da ANTT.
- 13.25. Não fazer uso das informações prestadas pela ANTT para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão.
- 13.26. Relatar à ANTT toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 13.27. Deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, quando couber, conforme disposto na [Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010](#).
- 13.28. Executar o objeto deste Termo de Referência em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (**Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD**). A CONTRATADA deverá disponibilizar em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato, preferencialmente, em sítio eletrônico as informações referentes ao encarregado da credenciada

responsável pela proteção de dados em relação ao objeto deste Termo de Referência, nos termos do art. 41 da Lei nº 13.709, de 2018.

13.29. Abster-se de revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, inclusive para fins comerciais ou que violem direitos protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), a terceiros, bem como não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente no fornecimento de bens ou serviços, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao necessário cumprimento do contrato.

13.30. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

#### 14. DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

14.1. A CONTRATADA deverá garantir a segurança das informações da AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES e se compromete em não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido desta Agência no curso da prestação dos serviços, a menos que autorizado formalmente e por escrito para tal.

14.2. Deverá ser celebrado TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES entre a CONTRATADA e a AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES para garantir a segurança das informações da ANTT.

14.3. A CONTRATADA, após a assinatura do contrato, por meio de seu representante legal, assinará TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO (APÊNDICE "G"), em que se responsabilizará pela manutenção de sigilo e confidencialidade das informações a que possa ter acesso em decorrência da contratação.

14.4. Além do termo citado, a CONTRATADA deverá apresentar para cada funcionário que vier a executar atividades referentes ao objeto da contratação, TERMO DE CIÊNCIA (APÊNDICE "H"), em que seus profissionais declaram estar cientes das responsabilidades pela manutenção de sigilo e confidencialidade.

#### 15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### 16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### 17. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIOS

17.1. É vedada a participação de consórcios de empresas, quaisquer que sejam suas formas de constituição, dadas as características específicas da contratação dos produtos e serviços a serem fornecidos, que não pressupõem complexidade e multiplicidade de atividades empresariais distintas.

#### 18. DA JUSTIFICATIVA PARA A APLICAÇÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E MARGENS DE PREFERÊNCIA

18.1. Nos termos da legislação vigente, quando aplicável, conforme previsão em EDITAL, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação definidos pela Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, e nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Sendo que as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

18.2. Destacando-se que a aplicação desse critério e direito ocorre de forma automática no sistema compras governamentais.

#### 19. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

##### 19.1. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1.1. No momento da contratação será realizada a nomeação, pela ANTT, de Comissão ou servidor do quadro para exercer a fiscalização do(s) Contrato(s).

19.1.2. O fornecimento dos materiais e/ou a execução dos serviços em desacordo com o objeto deste documento sujeitará a aplicação das sanções legais cabíveis.

19.1.3. Aplicar-se-ão à fiscalização e acompanhamento do Contrato todas as disposições constantes da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017](#), do art. 29 da [Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019](#), do art. 67 da [Lei nº 8.666/1993](#) e dos arts. 10 e 11 do [Decreto nº 9.507/2018](#).

19.1.4. A fiscalização, exercida por profissionais designados pela AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES nos termos do Art. 67 da [Lei nº 8.666/1993](#), não implica em corresponsabilidade, nem exime a CONTRATADA de responsabilidade.

19.1.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

19.1.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do Contrato deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

19.1.7. É assegurado à Fiscalização o direito de ordenar a suspensão dos serviços sem prejuízo das penalidades a que fica sujeito a CONTRATADA e sem que esta tenha direito a indenização, no caso de não ser atendida em até 4 (quatro) horas, a contar da comunicação pelo gestor do contrato, qualquer reclamação sobre defeito em serviço executado.

19.1.8. Caberá a Fiscalização atestar os serviços que forem efetivamente executados e aprovados.

19.1.9. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 19.2. **DAS INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS**

19.2.1. A **ANTT** poderá, se julgar necessário, realizar inspeções e diligências a fim de garantir que a licitante vencedora esteja em condições de fornecer os produtos/serviços pretendidos de acordo com a qualidade exigida pela **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**.

## 19.3. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

19.3.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

19.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

19.3.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico do contrato, conforme inciso I, art. 33 da IN SGD/ME nº 1/2019, podendo ainda ser realizado por fiscal setorial ou por equipe de fiscalização designada, após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

19.3.3.1. A ANTT realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar as revisões finais que se fizerem necessários.

19.3.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.

19.3.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

19.3.3.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

19.3.4. No prazo de até 15 (dias) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao Gestor do Contrato.

19.3.4.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao Gestor e Fiscal Requisitante do Contrato para recebimento definitivo.

19.3.4.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

19.3.4.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

19.3.4.4. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Fiscal Requisitante e o Fiscal Técnico do Contrato deverão providenciar o recebimento definitivo, conforme inciso VIII, art. 33 da IN SGD/ME nº 1/2019, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

19.3.4.5. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções; e

19.3.4.6. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

19.3.4.7. O Gestor do Contrato, com base nas informações produzidas a partir do Termo de Recebimento Definitivo confeccionado pelos Fiscais Requisitante e Técnico do Contrato, comunicará a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

19.3.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

19.3.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de até 7 (sete) dias úteis, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 20. **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

20.1. **DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

20.1.1. Os pagamentos serão efetuados obedecendo aos seguintes critérios:

Descrição	Periodicidade	Condições de Pagamento
Licenciamento	Parcela Única, referente a cada Ordem de Serviço (OS) emitida	Mediante a entrega do objeto referente a cada Ordem de Serviços (OS) emitida e apresentação do Relatório de Implantação (RI), do Termo de Recebimento Definitivo e da NF
Treinamento	Parcela Única	Mediante a entrega do objeto especificada na Ordem de Serviço (OS) emitida, apresentação do Termo de Recebimento Definitivo e a apresentação da NF

20.1.2. Os pagamentos estarão condicionados aos resultados apresentados pela CONTRATADA à perfeita execução do objeto, que deverão estar em conformidades com as condições, prazos e especificações constantes deste Termo de Referência, apurados e atestados pelos servidores formalmente designados.

20.2. **DA FORMA DE PAGAMENTO**

20.2.1. O pagamento será efetuado pela ANTT no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

20.2.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da [Lei nº 8.666/1993](#), deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da [Lei nº 8.666/1993](#).

20.2.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será **PRECEDIDA DO RECEBIMENTO DEFINITIVO** do serviço, conforme este Termo de Referência.

20.2.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da [Lei nº 8.666/1993](#).

20.2.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da [Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018](#).

20.2.4. O setor competente para proceder o pagamento verificará se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 20.2.4.1. o prazo de validade;
- 20.2.4.2. a data da emissão;
- 20.2.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 20.2.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 20.2.4.5. o valor a pagar; e
- 20.2.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.2.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a ANTT;

20.2.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017](#), será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 20.2.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 20.2.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 20.2.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

20.2.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.2.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.2.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da ANTT.

20.2.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da [Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018](#).

20.2.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a ANTT deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.2.12. Persistindo a irregularidade, a ANTT deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



20.2.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.2.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da ANTT.

20.2.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da [Lei nº 8.212/1991](#), nos termos do item 6 do Anexo XI da [IN SEGES/MP nº 5/2017](#), quando couber.

20.2.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

20.2.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela ANTT, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6 / 100 )	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------	--

## 21. DO REAJUSTE

21.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o [Índice de Custo de Tecnologia da Informação \(ICTI\)](#), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

22.1. De acordo com os termos definidos no Edital de licitação.

## 23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa nos termos da [Lei nº 10.520/2002](#), a CONTRATADA que:

23.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

23.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

23.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

23.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

23.1.5. cometer fraude fiscal.

23.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

23.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

23.2.2. **Multa de:**

23.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

23.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

23.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

23.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

23.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração a promover a rescisão do contrato;

23.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

23.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

23.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

23.2.5. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 23.1 deste Termo de Referência.

23.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a ANTT pelos prejuízos causados;

23.3. As sanções previstas nos subitens 23.2.1, 23.2.3, 23.2.4 e 23.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

23.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da ANTT, por empregado e por dia;	3
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	1
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	1

23.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da [Lei nº 8.666/1993](#), as empresas ou profissionais que:

23.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na [Lei nº 8.666/1993](#), e subsidiariamente a [Lei nº 9.784/1999](#).

23.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à ANTT serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

23.7.1. Caso a ANTT determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

23.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **24. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **24.1. DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

24.1.1. A presente contratação deverá ser realizada na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, em observância ao § 1º do Art. 9º do [Decreto nº 7.174/2010](#) e § 1º do Art. 1º do [Decreto nº 10.024/2019](#), devido ao fato de que os serviços são considerados comuns, conforme as características previstas no Art. 1º da [Lei nº 10.520/2002](#) e e hipóteses previstas no Art. 3º do [Decreto nº 7.892/2013](#).

### **24.2. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

24.2.1. A proposta da licitante deverá conter a especificação clara e completa da prestação de serviços, obedecida a mesma ordem constante deste Termo de Referência, sem conter alternativas de preços, ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

24.2.1.1. Entende-se por especificação clara e completa da prestação de serviços, o detalhamento do objeto, os quantitativos de produtos/serviços a serem entregues/executados, marcas/modelos de aparelhos/equipamentos a serem fornecidos e demais condições gerais de prestação dos serviços que deverão constar da proposta da licitante.

24.2.2. Não serão aceitas propostas contendo cópia das exigências deste Termo de Referência no lugar da especificação clara e inequívoca dos serviços a serem executados.

24.2.3. A licitante vencedora deverá apresentar planilha de preços, discriminando os valores total e unitário dos serviços contratados.

24.2.4. A proposta da licitante deverá estar integralmente preenchida, discriminando os valores unitários e totais dos serviços objeto deste Termo de Referência, em conformidade com o modelo constante deste Termo de Referência.

24.2.5. A proposta deverá conter declaração da licitante de que se encontra apta a prestar todos os serviços pertinentes ao ofertado e às regras de negócio envolvidas.

### **24.3. DOS CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

24.3.1. Independente do cumprimento das exigências relativas à Habilitação Jurídica, Econômico-Financeira e Fiscal, a **CONTRATADA** deverá:

24.3.1.1. Apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em documento timbrado, e que comprove aptidão para o fornecimento/execução do objeto de, no mínimo, 1 solução de software de Backup que permita a realização de cópias de segurança de no mínimo 575 Máquinas Virtuais ou 414 TiB na origem, contendo as seguintes informações:

- a) Identificação do órgão ou empresa emitente com nome ou razão social, CNPJ, endereço completo, nome da pessoa responsável e função no órgão ou empresa, telefone e fax para contato;
- b) Indicação do CONTRATANTE de que foram atendidos os requisitos de qualidade e prazos requeridos (descrição, duração e avaliação dos resultados);
- c) Descrição das principais características dos serviços, comprovando que a CONTRATADA executa ou executou o objeto da contratação;
- d) Data de emissão do atestado ou da certidão;
- e) Assinatura e identificação do signatário (nome, telefone, cargo e função que exerce junto ao órgão ou empresa emitente).

24.3.2. Os atestados de capacidade técnica, a serem utilizados para comprovação dos serviços executados, deverão referir-se a um período mínimo de 12 (doze) meses.

24.3.3. Ficará a cargo da ANTT, caso julgue necessário, realizar diligências para averiguação dos mesmos.

24.3.4. No caso de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa CONTRATADA.



24.3.4.1. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante empresas controladas ou controladoras da empresa licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa licitante.

24.3.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

24.3.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em foram prestados os serviços.

24.4. A licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme modelo constante deste Termo de Referência (APÊNDICE "C"), a ser apresentado na fase de aceitação da proposta.

24.4.1. A licitante deverá apresentar Declaração que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### 24.5. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

24.5.1. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

24.5.1.1. Valor Global: R\$ 2.212.981,35 (dois milhões, duzentos e doze mil novecentos e oitenta e um reais e trinta e cinco centavos).

24.5.1.2. Valores unitários: conforme tabela de itens deste Termo de Referência.

24.5.1.3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

#### 25. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E VALOR DE REFERÊNCIA

25.1. A estimativa de custo para a contratação do objeto deste Termo de Referência foi realizada a partir de pesquisa de preços, nos termos definidos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, cujo(s) valor(es) de referência se encontra(m) demonstrado(s) em anexo do Edital.

25.2. O custo estimado da contratação é de Valor Global: R\$ 2.212.981,35 (dois milhões, duzentos e doze mil novecentos e oitenta e um reais e trinta e cinco centavos).

#### 26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

26.1. A presente contratação correrá por conta dos recursos orçamentários constantes do Orçamento Geral da União, aprovado pela LOA - Lei Orçamentária Anual de 2022.

#### 27. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

27.1. A presente contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, observando os dispositivos legais, notadamente os princípios da (o), quando aplicável:

a) [Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#) - Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências;

b) [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#) - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

c) [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#) - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

d) [Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001](#) - Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

e) [Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010](#) - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;

f) [Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012](#) - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;

g) [Decreto nº 7.903, de 4 de fevereiro de 2013](#) - Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação que menciona;

h) [Decreto nº 8.186, de 17 de janeiro de 2014](#) - Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de licenciamento de uso de programas de computador e serviços correlatos, para fins do disposto no art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

i) [Decreto nº 8.194, de 12 de fevereiro de 2014](#) - Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, para fins do disposto no art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

- j) [Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018](#) - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- k) [Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019](#) - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;
- l) [Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017](#) - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- m) [Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019](#) - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;
- n) [Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010](#) - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- o) [Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021](#) - Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional; e demais legislação pertinente e, ainda, pelo estabelecido no presente documento e seus apêndices.

**28. INTEGRAM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA OS SEGUINTE APÊNDICES:**

- 28.1. **Apêndice "A"** - Requisitos Técnicos Mínimos da Solução de Backup
- 28.2. **Apêndice "B"** - Modelo de Proposta de Preços
- 28.3. **Apêndice "C"** - Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental
- 28.4. **Apêndice "D"** - Modelo de Ordem de Serviço
- 28.5. **Apêndice "E"** - Termo de Recebimento Provisório
- 28.6. **Apêndice "F"** - Termo de Recebimento Definitivo
- 28.7. **Apêndice "G"** - Termo de Confidencialidade da Informação
- 28.8. **Apêndice "H"** - Termo de Ciência
- 28.9. **Apêndice "I"** - Termo de Encerramento do Contrato

*(assinado eletronicamente)*

**JULIANA MIRANDA CRUZ RIBEIRO**  
Integrante Requisitante - Substituta  
GETIC/SUTEC/ANTT

*(assinado eletronicamente)*

**VICTOR HUGO GOUVEIA DE LUCENA LIMA**  
Integrante Técnico  
GETIC/SUTEC/ANTT

*(assinado eletronicamente)*

**FABIA MARIA DO NASCIMENTO**  
Integrante Administrativo  
SUDEG/ANTT

**APROVO o TERMO DE REFERÊNCIA**, e encaminha-se à **Superintendência de Gestão - SUDEG**, autoridade competente da Área Administrativa, com competência para planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades relacionadas aos processos de contratação, conforme inciso III, art. 2º, da IN SGD/ME nº 01/2019, e submeter o Termo de Referência à **autoridade competente** para a aprovação motivada, no caso, o **Diretor Geral da ANTT**, nos termos do art. 12, § 6º, do referido regramento.

*(assinado eletronicamente)*

**DIOGO DA FONSECA TABALIPA**  
Superintendente de Tecnologia da Informação

----- FIM DO TERMO DE REFERÊNCIA -----



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DO NASCIMENTO**, Integrante Administrativo, em 22/07/2022, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MIRANDA CRUZ RIBEIRO**, Integrante Requisitante, em 22/07/2022, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VICTOR HUGO GOUVEIA DE LUCENA LIMA**, Integrante Técnico, em 22/07/2022, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DA FONSECA TABALIPA**, Superintendente, em 22/07/2022, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.antt.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **12305316** e o código CRC **07956FFC**.

**APÊNDICE "A"**

**REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS DA SOLUÇÃO DE BACKUP**

Esse apêndice apresenta os requisitos mínimos e obrigatórios para todos os itens da solução de proteção de dados, onde a licitante deverá apresentar junto com a sua proposta comercial, documentação comprobatória do atendimento de todos os requisitos, bem como:

- a) Apresentar a composição de cada item da solução, contendo marca, modelo, códigos, descritivos dos códigos, unidades, quantidades do conjunto, tudo com o objetivo de se identificar claramente quais os produtos e serviços estão sendo ofertados;
- b) Apresentar documentação técnica (manuais e/ou catálogos do fabricante, em mídia eletrônica ou URL) comprovando o pleno atendimento a todos os requisitos técnicos, por meio de apresentação de uma planilha ponto-a-ponto, com indicação de nome do documento e página que comprova o atendimento. Não será aceita comprovação por carta do fabricante ou distribuidor ou da licitante.
- c) A licitante deverá apresentar para os requisitos descritos nos ITENS 01 e 02 da **Tabela 1 – Escopo de Fornecimento** e seus subitens uma comprovação de que a solução proposta atende aos requisitos. Esta comprovação deverá ser feita por meio da indicação de documentação pública e oficial do fabricante (eletrônico ou impresso) e da numeração da página (ou localização no texto) onde a equipe técnica da ANTT possa confirmar tais argumentos.
- d) A comprovação dos requisitos mencionados será realizada pelo lançamento na coluna **COMPROVAÇÃO** da referência (número da página, item ou subitem) existente em documento a ser produzido e apresentado pela Licitante quando da apresentação da proposta, conforme Modelo abaixo:

- Na **TABELA A**, para cada ÍNDICE deverá ser especificado um documento público e oficial do fabricante (eletrônico ou impresso), ou ainda sítio da internet oficial da fabricante.

ÍNDICE	DOCUMENTO (anexo impresso ou sítio da internet)
A	
B	
C	

Tabela A – Índices de Documentos

- Na **TABELA B**, para cada ITEM/SUBITEM, deverá ser lançado na coluna **COMPROVAÇÃO** o ÍNDICE da TABELA A e a NUMERAÇÃO DA PÁGINA (ou localização no texto do documento) que comprove os requisitos descritos em cada registro.

ITEM/SUBITEM	DESCRIÇÃO	COMPROVAÇÃO (ÍNDICE e o NÚMERO DA PÁGINA)

Tabela B – Comprovação de Requisitos

- e) A ANTT reserva-se o direito de diligenciar, após apresentação da proposta, o fornecedor e/ou fabricante para comprovação das informações prestadas na proposta.
- f) A documentação de comprovação de atendimentos aos requisitos poderá ser apresentada em língua inglesa e/ou portuguesa.

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QTD
01	LICENÇA DE SUBSCRIÇÃO DE SOLUÇÃO DE PROTEÇÃO DE AMBIENTE VIRTUALIZADO	MV	1.151
02	LICENÇA DE SUBSCRIÇÃO DE SOLUÇÃO DE PROTEÇÃO PARA MICROSOFT OFFICE 365	USUÁRIO	2.400
03	TREINAMENTO OFICIAL DO FABRICANTE	UND	1

Tabela 01 – Escopo de Fornecimento

- **Legenda Unidade:**
  - **MV:** Cada unidade do Item 01, representa 01 unidade de licença de subscrição de direito de uso de solução de proteção de dados (backup/Restore), por máquina Virtual (Virtual Machine), pelo período de 12 (doze) meses.
  - **USUÁRIO:** Cada unidade do Item 02, representa 01 licença de subscrição de direito de uso de solução de proteção de dados (backup/Restore), por usuário de ambiente Microsoft Office 365, pelo período de 12 (doze) meses.
  - **UND:** Cada unidade do Item 03, representa 01 turma de até 05 (cinco) alunos para o treinamento.
  - Para o **Item 1**, o fator de conversão de **MV** em **Terabyte (TB)** é de 1,39 (1.151/1,39 = 828).

## **1 LICENÇA DE SUBSCRIÇÃO DE SOLUÇÃO DE PROTEÇÃO DE AMBIENTE VIRTUALIZADO**

- 1.1 A solução ofertada deve atender a todos os requisitos técnicos descritos abaixo.
- 1.2 A solução ofertada não pode ser do tipo comunidade, software livre, ou possuir componentes e módulos sem suporte oficial do fabricante.
- 1.3 A solução ofertada deverá possuir todos os produtos na versão estável mais atual do produto, não serão aceitos produtos obsoletos ou fora de linha de produção do Fabricante.
- 1.4 Todo e qualquer espaço físico em subsistemas de armazenamento para guarda de cópias de proteção de dados (backup), seja on-premise ou na nuvem, **é de responsabilidade da CONTRATANTE.**
- 1.5 **Licenciamento:**
  - a) Prover licenciamento do tipo **subscrição de direito de uso de software pelo período de 12 meses, por máquina virtual (Virtual Machine)**. Ao término do período de subscrição, o software deverá permanecer totalmente operacional para as funcionalidades de restore/recovery (recuperação de dados já copiados/protegidos), sem a necessidade de pagamento de quaisquer valores adicionais pelo seu uso para a restauração de cópias de segurança realizadas durante a vigência da subscrição.
  - b) Prover licenciamento de software baseado em assinatura ou subscrição, devendo todas as funcionalidades solicitadas neste documento estarem operacionais e disponíveis durante toda a vigência da subscrição. Não poderão ser cobrados quaisquer valores adicionais para a recuperação dos dados já protegidos - durante e após o término da vigência da subscrição.
  - c) Prover suporte técnico e direito de atualização da solução pelo mesmo período de **12 (doze) meses de subscrição**.

- d) Prover licenciamento sem nenhum tipo de limite por volumetria de armazenamento de TB (TERABYTES), seja de backend ou frontend, em qualquer componente da solução durante a vigência da subscrição.
- e) Prover licenciamento para o ambiente virtual contabilizado apenas o número de Máquinas Virtuais que fazem backup, independentemente da suas configurações de hardware (sockets, memória, disco, etc.), da localização lógica ou geográfica do hospedeiro em que estiver sendo executada (On-premise ou Nuvem) e em qualquer ambiente de virtualização requisitado nessa especificação.
- f) A licença estará em uso apenas enquanto estiver executando o backup da Máquina Virtual. Se a Máquina Virtual for desassociada da política de execução de backup, a licença estará livre para uso em qualquer outra nova Máquina Virtual do ambiente de virtualização. Neste caso, os dados de backup da Máquina Virtual antiga e da nova deverão permanecer disponíveis para restauração até o término de suas respectivas políticas de retenção.
- g) Caso seja necessário a instalação de algum agente da solução de software por causa de alguma peculiaridade da Máquina Virtual, por exemplo, por causa de discos RDM ou de suas aplicações, conforme subitem **Integração**, todos os agentes deverão estar inclusos neste licenciamento, sem nenhum tipo de cobrança adicional para a CONTRATANTE.
- h) Todas as máquinas virtuais necessárias para o funcionamento da solução deverão estar contabilizadas no licenciamento provido pela solução, não sendo debitada das quantidades contratadas.
- i) Prover licenciamento que englobe todas as funcionalidades e requisitos elencados neste Apêndice e item, independentemente de qualquer quantidade de utilização do referido serviço, sem nenhum tipo de cobrança adicional para a CONTRATANTE.

#### 1.6 **Compatibilidade:**

- a) Deve ser compatível nativamente com todos os ambientes de virtualização abaixo:
  - A) VMWARE VCENTER SERVER APPLIANCE (VCSA) E VSPHERE ESXI VERSÕES 6.5 E SUPERIORES;
  - B) NUVEM DA MICROSOFT AZURE, AWS E GOOGLE CLOUD.
- b) Deve ser compatível nativamente com todos os ambientes de armazenamento abaixo:
  - A) STORAGE NETAPP FAS9000;
  - B) NUTANIX AOS 5.20.2.1 LTS;
- c) Deve ser compatível nativamente com todos as aplicações abaixo:
  - A) MICROSOFT ACTIVE DIRECTORY 2012 R2 E SUPERIORES;
  - B) MICROSOFT EXCHANGE 2016 E VERSÕES SUPERIORES;

- C) MICROSOFT FILESERVER FAILOVERCLUSTER 2016 E SUPERIORES;
  - D) MICROSOFT SQL SERVER 2016 E SUPERIORES;
  - E) ORACLE 12G OU SUPERIORES;
  - F) POSTGRESQL 9.5 OU SUPERIORES;
  - G) MYSQL 5.6 OU SUPERIORES;
- d) Deve suportar, nos clientes de backup/recovery, os sistemas operacionais:
  - A) MICROSOFT WINDOWS SERVER 2008 R2 E VERSÕES SUPERIORES;
  - B) REDHAT 6.5 E VERSÕES SUPERIORES;
  - C) UBUNTU20 OU SUPERIOR;
  - D) SUSE LINUX ENTERPRISE 12 OU SUPERIOR;
- e) Deve suportar, nos clientes para backup/recovery, os sistemas de arquivos do tipo EXT3, EXT4, NTFS, XFS, ReFS.
- f) Deve suportar, nos clientes de backup/recovery, o backup de partições de rede montadas no sistema operacional com o protocolo NFS (Network File System).

#### 1.7 Arquitetura:

- a) A solução de software de backup/recovery deverá nativamente, sem aplicativos de terceiros e execução de scripts, suportar compressão e deduplicação, com as seguintes características :
  - A) DESDUPLICAÇÃO A NÍVEL DE BLOCOS;
  - B) DESDUPLICAÇÃO EM VOLUMES APRESENTADOS ATRAVÉS DE DAS (DIRECT ATTACHED STORAGE) E SAN (STORAGE AREA NETWORK);
  - C) DESDUPLICAÇÃO DE DADOS NO SERVIDOR DE ARMAZENAMENTO (TARGET DEDUPLICATION), DE FORMA QUE O SERVIDOR DE BACKUP DESCARTE BLOCOS REPETIDOS DE CLIENTES, EVITANDO ASSIM O ARMAZENAMENTO DE BLOCOS REDUNDANTES.
- b) Permitir replicação de dados entre pools de deduplicação de maneira otimizada, replicando somente as alterações.
- c) Suportar a Criptografia dos dados, com as seguintes características:
  - A) CRIPTOGRAFIA DE DADOS NA ORIGEM (DIRETO NO CLIENTE OU SERVIDOR DE PROXY DE BACKUP), DE UMA FORMA QUE SEJA GARANTIDO QUE O DADO TRAFEGARÁ CRIPTOGRAFADO NA LAN (LOCAL AREA NETWORK) OU WAN (WIDE AREA NETWORK);
  - B) CRIPTOGRAFIA NOS ARQUIVOS DE BACKUP;
  - C) MÓDULO NATIVO DE CRIPTOGRAFIA AES (ADVANCED ENCRYPTION STANDARD) 256 BITS.

- d) Possuir suporte aos protocolos de rede IPv4 ou IPv6 para rotinas de backup/recovery.
- e) A solução deve suportar o backup de dados de dispositivos do Storage NAS (Network Attached Storage) via protocolo NDMP (Network Data Management Protocol).
- f) Possibilidade de exportar o conteúdo de backup para mídia removível, possibilitando o transporte físico de dados até o destino.
- g) Ser flexível e escalável, permitindo sua instalação, configuração e uso em sites remotos interligados ao site principal através da WAN ou através de LAN.
- h) Suportar a replicação dos dados de backup armazenados para disco em diversos sites remotos, permitindo ainda que a restauração dos dados seja feita através das cópias armazenadas remotamente.
  - A) POSSIBILIDADE DE REPLICAÇÃO DE UMA ORIGEM PARA MÚLTIPLOS DESTINOS;
  - B) POSSIBILIDADE DE REPLICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE DADOS DE MÚLTIPLAS ORIGENS PARA UM DESTINO CENTRAL;
  - C) POSSIBILIDADE DE APLICAR DIFERENTES POLÍTICAS DE RETENÇÃO DE DADOS NOS REPOSITÓRIOS DE ORIGEM E DESTINO DURANTE O PROCESSO DE REPLICAÇÃO;
  - D) PERMITIR O CONTROLE DA BANDA DE DADOS UTILIZADA PARA A REPLICAÇÃO DOS DADOS DE BACKUP;
  - E) POSSIBILIDADE DE RETOMAR A REPLICAÇÃO DO PONTO ONDE A MESMA FOI INTERROMPIDA, PARA CASOS DE PERDA DE COMUNICAÇÃO ENTRE ORIGEM E DESTINO.
- i) Prover recursos de deduplicação e compressão tanto no site principal como nos sites remotos. Nos sites remotos deve ainda:
  - A) SER GERENCIADA ATRAVÉS DA MESMA CONSOLE ÚNICA DO SITE PRINCIPAL.
  - B) SUPORTAR O ARMAZENAMENTO LOCAL DE DADOS.
  - C) SUPORTAR DESDUPLICAÇÃO DE BLOCOS POR ORIGEM, DE FORMA QUE O CLIENTE OU SERVIDOR DE PROXY ENVIE, EM LAN E WAN, APENAS OS BLOCOS DE DADOS MODIFICADOS PARA O SITE PRINCIPAL.
- j) Promover meios de recuperação rápida dos dados de catálogo e índices do servidor de backup em caso de perda ou corrupção destas informações.

#### 1.8 Funcionalidades:

- a) A solução de software de backup/recovery deverá nativamente, sem aplicativos de terceiros e sem a execução de scripts:
  - A) POSSIBILITAR O BACKUP E A RESTAURAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EM DISCO;



- B) SUPORTAR AS OPERAÇÕES DE BACKUP E RESTAURAÇÃO EM PARALELO;
  - C) LOCALIZAR UM ARQUIVO PARA RESTAURAÇÃO PELO NOME, PESQUISANDO NO CATÁLOGO DA FERRAMENTA.
- b) Possuir a capacidade de efetuar backup para disco com retenções, através de políticas pré-definidas e agendadas.
- c) Para um dado armazenado deve haver a possibilidade de alterar o período de retenção.
- d) Possuir a função de Disk Staging, visando permitir a gravação de dados em disco e, posteriormente, do disco para outro tipo de mídia.
- e) Possuir políticas de ciclo de vida das camadas de armazenamento responsáveis por copiar automaticamente os dados de backup entre as camadas através do seu ciclo de vida de forma temporal ou por utilização de espaço de armazenamento.
- f) Suportar os métodos de backup Full e Incremental, onde:
  - A) NO MÉTODO INCREMENTAL, SUPORTAR MODO INCREMENTAL FOREVER, OU SEJA, O BACKUP DEVE CONSISTIR EM APENAS DE UM BACKUP FULL E TODOS OS DEMAIS INCREMENTAIS ATÉ O TÉRMINO DO PERÍODO DE RETENÇÃO;
  - B) SUPORTAR A FUNCIONALIDADE DE SYNTHETIC FULL BACKUP, QUE PERMITE A CONSOLIDAÇÃO DE UM NOVO BACKUP FULL A PARTIR DOS BACKUPS JÁ EXISTENTES (FULL INICIAL + INCREMENTAIS), SEM A NECESSIDADE DE EXECUTAR NO CLIENTE UM NOVO BACKUP FULL;
  - C) PERMITIR A GERAÇÃO DE CÓPIAS DE LONGA RETENÇÃO FULL, TANTO NO MODO ATIVO - EXECUTANDO UM NOVO BACKUP FULL NO CLIENTE - QUANTO NO MODO SINTÉTICO - UTILIZANDO OS BACKUPS JÁ SALVOS ANTERIORMENTE;
  - D) PERMITIR ATRIBUIR UMA POLÍTICA DE RETENÇÃO PARA ESTAS CÓPIAS;
  - E) PERMITIR O AGENDAMENTO PARA GERAÇÃO AUTOMÁTICA DESTAS CÓPIAS.
- g) Possibilitar verificação e checagem automática da consistência do backup, no intuito de garantir a integridade dos dados.
- h) Possuir capacidade de realizar a replicação de máquinas virtuais localmente e remotamente em outro Cluster, realizando clones ou snapshots com proteção contínua dos dados por máquina virtual.
- i) Deverá suportar a replicação remota a fim de replicar os dados das máquinas virtuais entre soluções de armazenamento distintas, inclusive de diferentes fabricantes;
- j) Suportar a orquestração de failover e failback das máquinas virtuais replicadas;

### 1.9 Integração:

- a) A solução de software de backup/recovery deverá nativamente, sem aplicativos de terceiros e sem a necessidade de criação de scripts:
  - A) PERMITIR A INTEGRAÇÃO NATIVA COM O MICROSOFT EXCHANGE 2013 ON-PREMISES (LOCAL) E VERSÕES SUPERIORES;
  - B) SUPORTAR A ARQUITETURA DAG (DATABASE AVAILABILITY GROUP) DO EXCHANGE;
  - C) PERMITIR A RESTAURAÇÃO GRANULAR A NÍVEL DE MENSAGEM DIRETO NA CAIXA DE CORREIO DO USUÁRIO;
  - D) PERMITIR A RECUPERAÇÃO DA MENSAGEM EM UM MOMENTO DO TEMPO ESPECÍFICO (DATA ESPECÍFICA);
  - E) GERAR LOGS COM AS INFORMAÇÕES DO QUE FOI RESTAURADO, QUEM RESTAUROU E PARA ONDE FOI RESTAURADO.
- b) Permitir a integração com o Oracle 11g R2 e Microsoft SQL Server 2019 e versões superiores.
- c) Executar backup de bases de dados do Oracle e SQL Server, Mysql e Postgre de forma consistente, sem a parada do banco.
- d) Permitir a integração com Microsoft Active Directory 2012 R2 e versões superiores.
- e) Permitir a restauração granular a nível de objeto, por exemplo, objetos de usuário.
- f) Permitir a integração com Microsoft Windows FileServer FailoverCluster 2016 e versões superiores.
  - A) DEVE INTEGRAR-SE À TECNOLOGIA VSS (VOLUME SHADOWCOPY SERVICE) DO WINDOWS PARA REALIZAR CÓPIAS E ASSEGURAR A CONSISTÊNCIA DE QUALQUER APLICAÇÃO QUE DISPONHA DE UM VSS WRITER EM ESTADO FUNCIONAL, QUANDO DA EXECUÇÃO DO BACKUP;
  - B) PERMITIR A RECUPERAÇÃO DO ARQUIVO EM UM MOMENTO DE TEMPO ESPECÍFICO.
- g) Permitir a integração com ambiente virtual VMWare VCenter Server Appliance 6.5 e superiores e deverá executar backup/recovery com as seguintes características:
  - A) PERMITIR A CONEXÃO COM O VCENTER E A EXPLORAÇÃO (DESCOBERTA) AUTOMÁTICA DAS MÁQUINAS VIRTUAIS;
  - B) REALIZAR O BACKUP/RECOVERY DE MÁQUINAS VIRTUAL SEM A NECESSIDADE DE INSTALAÇÃO DE AGENTE;
  - C) REALIZAR O ARMAZENAMENTO DE BACKUP DAS MÁQUINAS VIRTUAIS DE MANEIRA DESDUPLICADA;

- D) SER COMPATÍVEL COM A FUNCIONALIDADE VMWARE VSPHERE CBT (CHANGED BLOCK TRACKING), OU SEJA, EM VEZ DE VERIFICAR TODO O ARQUIVO VMFS (VIRTUAL MACHINE FILE SYSTEM) DEVERÁ CONSULTAR A API (APPLICATION PROGRAMMING INTERFACE) DO VMWARE PARA DESCOBRIR SOMENTE OS BLOCOS QUE FORAM ALTERADOS DESDE O ÚLTIMO BACKUP. FUNCIONALIDADE DEVE-SE APLICADA A RESTORE TAMBÉM;
- E) PERMITIR A INCLUSÃO AUTOMÁTICA DE MÁQUINAS VIRTUAIS SEM BACKUP EM SELEÇÕES DE BACKUP ANTERIORES;
- F) PERMITIR O BACKUP DAS MÁQUINAS VIRTUAIS ATRAVÉS DE SNAPSHOT EXECUTADOS DIRETAMENTE NOS STORAGES ESPECIFICADOS;
- G) REALIZAR A RESTAURAÇÃO DA IMAGEM COMPLETA DA MÁQUINA VIRTUAL DENTRO DO VMWARE;
- H) PERMITIR REDIRECIONAR A RESTAURAÇÃO DE UMA DA MÁQUINA VIRTUAL PARA UMA PASTA, DATASTORE, HOSPEDEIRO OU REDE ALTERNATIVOS;
- I) SER CAPAZ E INICIAR A EXECUÇÃO DA MÁQUINA VIRTUAL DIRETAMENTE A PARTIR DO SEU ARQUIVO DE BACKUP, SEM A NECESSIDADE DE ESPERAR O TÉRMINO DO PROCESSO DE RESTAURAÇÃO;
- J) REALIZAR A RESTAURAÇÃO GRANULAR A NÍVEL DE ARQUIVOS DENTRO SISTEMA OPERACIONAL CLIENTE, SEM A NECESSIDADE DE SE RESTAURAR A MÁQUINA VIRTUAL INTEIRA;
- K) PERMITIR A INSTANCIAÇÃO SOB DEMANDA DE UMA OU MAIS MÁQUINAS VIRTUAIS, QUE ESTEJAM SALVAS EM BACKUP, EM AMBIENTE VIRTUAL DE LABORATÓRIO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:

- 1.9.g.k.1 Manter todas as configurações originais de rede das Máquinas Virtuais sem ocasionar nenhum conflito com o ambiente de produção, ou seja, deverá ser um ambiente de rede isolado.
- 1.9.g.k.2 Permitir a comunicação de rede entre as Máquinas Virtuais dentro deste ambiente isolado.
- 1.9.g.k.3 A solução deverá prover automaticamente uma Máquina Virtual com a função de proxy de rede, que permita a configuração de uma comunicação da rede isolada com o ambiente de rede de produção de uma forma segura.
- 1.9.g.k.4 Prover meios automáticos de garantir a consistência do backup a nível de aplicação, ou seja, ser capaz de automatizar a restauração de uma Máquina Virtual e executar ações de testes previamente programadas para aquela determinada aplicação de

forma a garantir que o backup está consistente. Para atender a este subitem especialmente, será aceita a elaboração de scripts.

- L) SUPORTAR JOBS SIMULTÂNEOS PARA BACKUP DE MÁQUINAS VIRTUAIS.
- h) Permitir a integração com as nuvens ( Azure, AWS e Google Cloud) executando backup/recovery com as seguintes características:
  - A) PERMITIR O BACKUP/RESTORE DE MÁQUINAS VIRTUAIS NA NUVEM COM SUPORTE A ARMAZENAMENTO DOS BACKUPS EM BLOB STORAGE (OBJECT STORAGE), POSSIBILITANDO O BACKUP COM DEDUPLICAÇÃO OU COMPRESSÃO E SER COMPATÍVEL COM O CBT (CHANGED BLOCK TRACKING) TAMBÉM EM AMBIENTE DE NUVEM PÚBLICA;
  - B) PERMITIR A CÓPIA DOS DADOS DE BACKUP DE MÁQUINAS VIRTUAIS DA NUVEM PARA ÁREAS DE ARMAZENAMENTO ON-PREMISES;
  - C) PERMITIR A RESTAURAÇÃO DO BACKUP DE MÁQUINAS VIRTUAIS, CRIADAS NO AMBIENTE ON-PREMISES A PARTIR DO VMWARE DIRETO DO AMBIENTE DE NUVEM;
  - D) PERMITIR A MOVIMENTAÇÃO DOS DADOS DE BACKUP DO AMBIENTE ON-PREMISES DO ANTT PARA ÁREAS DE ARMAZENAMENTO DA NUVEM;
- i) Permitir integração através de RESTful API com suporte as requisições HTTP do tipo DELETE, GET, POST e PUT.

#### 1.10 Gerenciamento:

- a) O software de backup/recovery deverá:
  - A) POSSUIR MÓDULO DE GERENCIAMENTO CENTRAL COM INTERFACE GRÁFICA (OU WEB) E LINHA DE COMANDO (INTERFACE CLI) RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO DE TODAS AS OPERAÇÕES DE BACKUP/RECOVERY, CONFIGURAÇÕES, GERENCIAMENTO, MONITORAÇÃO, CRIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO D POLÍTICAS DO AMBIENTE E ROTINAS ASSOCIADAS À PROTEÇÃO DE DADOS DE TODOS OS SITES.
  - B) SUPORTAR A INSTALAÇÃO DO MÓDULO DE GERENCIAMENTO E DA BASE DE DADOS DO CATÁLOGO DE METADADOS NOS SISTEMAS OPERACIONAIS: MICROSOFT WINDOWS SERVER 2016 64-BIT STANDARD E VERSÕES SUPERIORES OU REDHAT 6.5 E VERSÕES SUPERIORES.
  - C) POSSUIR GERENCIAMENTO DAS OPERAÇÕES DA INFRAESTRUTURA DE BACKUP EM MODO GRÁFICO, QUE PERMITA O MONITORAMENTO EM TEMPO REAL DAS

ROTINAS DE BACKUP/RECOVERY E STATUS DOS DISPOSITIVOS E CLIENTES DE TODO O AMBIENTE.

- D) POSSUIR DASHBOARDS COM SUPORTE A VISUALIZAÇÃO DE TODAS AS ROTINAS DE BACKUP/RECOVERY, COM OPÇÕES DE GERAR RELATÓRIOS ON-LINE E ENVIO POR E-MAIL.
- b) Permitir que as tarefas abaixo sejam realizadas pela interface gráfica central, sem a necessidade de scripts e sem a necessidade de acessar a interface do cliente:
  - A) INSTALAR E APLICAR PATCHES/UPGRADES DE AGENTES REMOTAMENTE.
  - B) CONFIGURAR BACKUP DE CLIENTES DE FORMA REMOTA, OU SEJA, TODA A CONFIGURAÇÃO DO BACKUP QUE O CLIENTE IRÁ EXECUTAR DEVE SER FEITA NA PRÓPRIA CONSOLE CENTRAL, SEM A NECESSIDADE DE TER QUE CONFIGURAR LOCALMENTE O CLIENTE.
  - C) EXECUTAR A RESTAURAÇÃO DE BACKUP DE FORMA REMOTA, OU SEJA, NA CONSOLE CENTRAL SELECIONA-SE O BACKUP, COM AS INTEGRAÇÕES DESCRITAS NO ITEM 4 (INTEGRAÇÃO), E PARA ONDE SERÁ REALIZADA A RESTAURAÇÃO REMOTA.
- c) Suportar em uma mesma operação (schedule) de backup a implementação de diferentes clientes e tipos de integração, podendo ser utilizada a agregação de duas ou mais tarefas (jobs) ou funcionalidade equivalente.
- d) Possuir habilidade para definir prioridades de servidores dentro de um job de backup.
- e) Possuir recursos avançados de agendamento de rotinas de backup, para datas específicas, dias da semana recorrentes, dias do mês recorrentes, intervalo de dias e intervalos de reinício. Primeiro, segundo, terceiro e último dia do mês. Ser capaz de filtrar por mês e dia da semana.
- f) Possuir agendamento de rotinas de backup, sem a utilização de utilitários de agendamento de servidores. O agendamento deve ser controlado pelo gerenciador de backup/recovery.
- g) Prover integração com Microsoft Active Directory (AD) 2012 e versões superiores para autenticação da Console de Gerência.
  - A) SUPORTAR A CRIAÇÃO DE PERfis DE USUÁRIOS/GRUPOS DO AD COM DIFERENTES NÍVEIS DE ACESSO À INTERFACE DE GERENCIAMENTO PARA AS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO DO SOFTWARE.
- h) Possuir mecanismo de auditoria para o controle de acesso, em operações realizadas através de interface gráfica ou web e linha de comando (interface CLI), permitindo a emissão de relatórios com, no mínimo, as seguintes informações:
  - A) DATA E HORA DA OPERAÇÃO.

- B) USUÁRIO QUE REALIZOU A OPERAÇÃO.
- C) OPERAÇÃO REALIZADA.
- i) Permitir o envio automático de alertas por e-mail e SNMP (Simple Network Management Protocol) através de traps ou consultas, com o objetivo de reportar eventos ocorridos nas operações do software de backup/recovery.
- j) A solução deve oferecer notificações sobre problemas, bem como sobre realização de backups, por meio de logs, e-mail e mensagens na console.

#### 1.11 Relatório e Monitoramento:

- a) O software de backup/recovery deverá, nativamente, ser capaz de emitir relatórios.
  - b) Permitir acesso aos relatórios através de interface gráfica ou web.
- c) Suportar a geração de relatórios gráficos customizáveis de atividades de backup/recovery, contendo:
  - A) HORÁRIO DE INÍCIO E TÉRMINO DOS JOBS;
  - B) TEMPO DE DURAÇÃO DOS JOBS;
  - C) TODOS OS JOBS EM EXECUÇÃO;
  - D) STATUS (SITUAÇÃO) DE EXECUÇÃO DOS JOBS;
  - E) RELAÇÃO E PORCENTAGEM DE JOBS EXECUTADOS POR STATUS, COMO POR EXEMPLO: COM SUCESSO E COM FALHAS;
  - F) LOGS DOS JOBS;
  - G) VOLUME DE DADOS NA ORIGEM E NO DESTINO, TOTAL E POR JOB, POR PERÍODO DE TEMPO, POR LOCALIDADE E POR HOST (FÍSICO OU VIRTUAL);
  - H) TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO;
  - I) DADOS HISTÓRICOS DE, NO MÍNIMO, 24 (VINTE E QUATRO) MESES;
- d) Suportar a geração de relatórios gráficos customizáveis de atividades de backups, contendo:
  - A) IDENTIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO NOS DESTINOS DE BACKUPS: ESPAÇO UTILIZADO EM DISCO E QUANTIDADE DE FITAS OCUPADAS.
  - B) PORCENTAGEM OU VALOR DE GANHOS COM REDUÇÃO DE DADOS.
- e) Suportar a geração de relatórios gráficos customizáveis de atividades de backups, contendo contexto de:
  - A) APLICATIVOS;
  - B) DOMÍNIOS DE ARMAZENAMENTO;
  - C) JANELA DE BACKUP;

- f) Permitir a geração de relatórios baseados na utilização de recursos, identificando restrições associadas a aplicativos específicos.
- g) Permitir a geração de relatórios baseados em alertas pré-definidos, com o objetivo de reportar eventos ocorridos do ambiente operacional de backup/recovery.
- h) Permitir a exportação dos relatórios nos formatos html, csv ou pdf.
  - i) Prover monitoramento, através de interface gráfica ou web, em tempo real, de jobs sendo executados.
  - j) Monitorar o ambiente de backup e de virtualização, permitindo verificar o impacto da solução no ambiente virtual, além de realizar análise do ambiente e exibir sugestões de melhorias para o ambiente virtual e de backup, além de identificar ineficiências dos recursos em uso, sem a necessidade de instalação de agentes.
  - k) Monitorar o uso e estimar a taxa de crescimento do ambiente de virtualização, permitindo planejar os recursos necessários para comportar o crescimento e inclusão de novas máquinas virtuais, como processamento, memória e armazenamento, bem como estimar o crescimento do ambiente de backup e a área necessária para comportar esse crescimento.
  - l) Possuir recursos de monitoração em tempo real, permitindo reter esses dados históricos por período mínimo de 1 ano, capaz de gerar alertas de problemas e erros no ambiente de virtualização e de backup, com explanação dos erros gerados e sugestões para resolução.
- m) Possuir mecanismos que evitem o aumento do tempo de resposta dos datastores de produção, monitorando a latência dos datastores e reduzindo as atividades de backup quando um limite configurado for atingido, evitando a sobrecarga nos sistemas de armazenamento do ambiente de virtualização.
- n) Possibilitar, por meios de logs e alertas, a análise de causa raiz de problemas de backup/recovery.

## 2 LICENÇA DE SUBSCRIÇÃO DE SOLUÇÃO DE PROTEÇÃO PARA MICROSOFT OFFICE 365

- 2.1 Deve ser do mesmo fabricante da solução do ITEM 01.
- 2.2 A solução ofertada não pode ser do tipo comunidade, software livre, ou possuir componentes e módulos sem suporte oficial do fabricante.
- 2.3 Todo e qualquer espaço físico em subsistemas de armazenamento para guarda de cópias de proteção de dados (backup), seja on-premise ou na nuvem, **é de responsabilidade da CONTRATANTE.**
- 2.4 Licenciamento:
  - a) Prover licenciamento do tipo **subscrição de direito de uso de software pelo período de 12 meses, por usuário do Office 365.** Ao término do período de subscrição, o software deverá permanecer totalmente operacional para as funcionalidades de restore/recovery (recuperação de

dados já copiados/protegidos), sem a necessidade de pagamento de quaisquer valores adicionais pelo seu uso para a restauração de cópias de segurança realizadas durante a vigência da subscrição.

- b) Prover suporte técnico e direito de atualização da solução pelo mesmo período de **12 (doze) meses de subscrição**.
- c) Prover licenciamento sem nenhum tipo de limite por volumetria de armazenamento de TB (TERABYTES), seja de backend ou frontend, em qualquer componente da solução durante a vigência da subscrição.
- d) Prover licenciamento que englobe todas as funcionalidades e requisitos elencados neste Apêndice e item, independentemente de qualquer quantidade de utilização do referido serviço, sem nenhum tipo de cobrança adicional para a CONTRATANTE.
- e) O licenciamento deverá ser capaz de fazer backup e recuperar dados no Office 365, com base em um licenciamento por usuário.
- f) Prover licenciamento de software baseado em assinatura ou subscrição, devendo todas as funcionalidades solicitadas neste documento estarem operacionais e disponíveis durante toda a vigência da subscrição. Não poderão ser cobrados quaisquer valores adicionais para a recuperação dos dados já protegidos - durante e após o término da vigência da subscrição.
- g) A solução ofertada deverá possuir todos os produtos na versão estável mais atual do produto, não serão aceitos produtos obsoletos ou fora de linha de produção do Fabricante.

## 2.5 Integração:

- a) Deve possuir integração com Microsoft Office 365, suportando minimamente a proteção dos seguintes itens:
  - A) CALENDÁRIO;
  - B) ONEDRIVE (PASTA E ARQUIVOS INDIVIDUAIS);
  - C) SITES;
  - D) CONTATOS;
  - E) TAREFAS;
  - F) E-MAIL;
  - G) CAIXAS DE E-MAIL COMPARTILHADAS;
  - H) GRUPOS DO TEAMS (ARQUIVOS POSTADOS E CONVERSAS);
  - I) SHAREPOINT SITES (SITE INTEIRO E ARQUIVOS INDIVIDUAIS).

## 2.6 Funcionalidades:

- a) Operação de recuperação dos dados, no mínimo, nos seguintes níveis:



- A) MICROSOFT EXCHANGE: CAIXA POSTAL COMPLETA E ITENS INDIVIDUAIS (ARQUIVOS, E-MAIL, CONTATOS, CALENDÁRIO);
  - B) ONEDRIVE: PASTA COMPLETA E ARQUIVOS INDIVIDUAIS, INCLUSIVE ANOTAÇÕES DO ONENOTE;
  - C) GRUPOS DO TEAMS: CONVERSAS E ARQUIVOS;
  - D) SHAREPOINT: SITE COMPLETO E ARQUIVOS INDIVIDUAIS;
  - E) TENANT;
  - F) USUÁRIO;
- b) Operação de recuperação versões anteriores deverá disponibilizar, no mínimo, as seguintes formas de recuperação dos dados:
  - A) RECUPERAÇÃO PARA O LOCAL DE ORIGEM;
  - B) FAZER DOWNLOAD DO ARQUIVO;
- c) Deverá permitir enviar notificações sobre os resultados das tarefas de backup por e-mail ou disponibilizadas em uma central de notificações.
- d) A solução deve criptografar a comunicação entre o Office 365 e a infraestrutura de backup usando SSL.
- e) Deve permitir a adição de contas de backup auxiliares da organização, por meio de grupos de segurança pré-configurados do Office 365;
- f) Deverá oferecer a capacidade de ajuste do uso da largura de banda durante as tarefas de backup;
- g) A solução deve ter a opção de executar a criptografia AES de 256 bits dos dados armazenados.
- h) A implementação deve permitir a configuração ou geração de políticas de retenção.
- i) Deverá suportar o armazenamento dos dados localmente, seja em volumes locais ou apresentados via SAN, além de suportar o armazenamento em ambiente Cloud gravando em Object Storage compatível com S3.
- j) A solução deverá criar várias tarefas de backup na mesma organização do Office 365, permitindo a inclusão ou exclusão de tipos de objetos de acordo com as necessidades da organização. Para tarefas de backup configuradas, deve ser possível configurar a seguinte opção de agendamento:
  - A) EXECUÇÃO DIÁRIA EM HORÁRIOS E DIAS ESPECÍFICOS;
- k) A solução deverá fornecer uma interface para exibir as estatísticas dos objetos processados em cada sessão de backup.
- l) A solução deverá ter a capacidade de procurar itens do Exchange a partir de uma interface guiada sem a necessidade de processos de recuperação anteriores.

- m) A solução deve ter a capacidade de recuperar uma caixa de correio inteira ou selecionar individualmente quaisquer itens e recuperá-los para qualquer caixa de correio existente, ou exportá-los para arquivos .PST ou .EML.
- n) Oferecer suporte a autenticação multifator (MFA) para execução segura dos processos de backup e restauração.
- o) A solução deve oferecer opções de retenção com base na data de criação dos itens em seu local original, ou baseadas na data de execução dos backups.
- p) Permitir exportar o conteúdo de backup, possibilitando o transporte físico de dados.

#### 2.7 Relatório e monitoramento:

- a) Disponibilizar logs de auditoria para as operações dos usuários realizadas na plataforma com, no mínimo, as seguintes informações:
  - A) LOGON NA CONSOLE;
  - B) ARQUIVOS BAIXADOS (DOWNLOAD);
  - C) ARQUIVOS PRÉ-VISUALIZADOS;
  - D) TENANT ADICIONADO OU/E REMOVIDO;
  - E) ARQUIVOS RECUPERADOS;
- b) Deve incluir relatórios para identificar estado da proteção de caixas de correio do Office 365, gerenciar o uso de licenças e obter visibilidade sobre o consumo de armazenamento.

### 3 TREINAMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

#### 3.1 Disposições Gerais:

- a) Deve ser oferecido treinamento oficial do fabricante do produto, executado pelo próprio fabricante ou empresa credenciada.
- b) Deverá ser ministrado em até 60 (sessenta) dias corridos após a implantação da solução.
- c) A critério da CONTRATANTE, essa data poderá ser alterada.
- d) Deverá ser do tipo hands-on com conteúdo teórico e laboratórios práticos para assimilação do conteúdo.
- e) O treinamento deve possuir em sua ementa as principais características dos produtos adquiridos, com carga horária mínima de 20 Horas, com 1 (uma) turma de 5 (cinco) alunos.
- f) O treinamento poderá ser executado no formato presencial ou online/remoto.

#### 3.2 Instrutor:

- a) Deve ser executado por profissional(ais) com experiência e certificação oficial do fabricante na solução ofertada.

### 3.3 Tópicos:

- a) Arquitetura da Solução de backup/recovery.
- b) Apresentação das funcionalidades através da console central de gerenciamento.
- c) Operações básicas de backup/recovery.
- d) Desduplicação e compressão.
- e) Backups remotos e replicação.
- f) Estratégias de Disaster /Recovery.
- g) Backup/Recovery Exchange.
- h) Backup/Recovery Active Directory.
- i) Backup/Recovery Microsoft SQL Server.
- j) Backup/Recovery Oracle.
- k) Backup/Recovery VMWare.
- l) Backup/Recovery na Azure MS, AWS , Google Cloud e Hauwei.
- m) Montagem de Ambiente virtual de laboratório a partir de backups de máquinas virtuais.
- n) Relatórios de compliance do backup do ambiente.
- o) Monitoramento da solução.

## 4 SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO DO ITEM 01 E 02

- 4.1 Serviço consiste na instalação e configuração de todos os componentes adquiridos.
- 4.2 A CONTRATANTE fornecerá ambiente virtualizado para a execução dos componentes de software fornecidos, seguindo recomendações de dimensionamento indicadas pelo fabricante, com os seguintes detalhamentos:
  - a) A CONTRATANTE fornecerá espaço em Storage NL-SAS para área de staging de dados em disco.
  - b) As Máquinas Virtuais para instalação dos módulos do software poderão ser Windows Server 2016 64-bit Standard (ou superior) ou RedHat 6.5 (ou superior) no ambiente de virtualização VMWare VSPHERE 6.5 em Brasília/DF.
- 4.3 Todas as máquinas necessárias para o funcionamento da solução deverão estar contabilizadas no licenciamento provido pela solução, não sendo debitada das quantidades contratadas.
- 4.4 Qualquer necessidade de licenciamento de banco de dados para o funcionamento da solução de backup, durante todo o período do contrato, deverá ser fornecido pela contratada, sem nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.
- 4.5 A CONTRATADA deverá fazer a instalação e configuração do novo backup em todos os clientes do ambiente e de acordo com a política de backup fornecida pela CONTRATANTE.
- 4.6 A migração de um cliente para nova solução deverá ser executada em uma janela de até 24 (vinte e quatro) horas, ou seja, a diferença máxima entre a última execução do backup

na solução antiga e o primeiro backup da solução nova deverá ser de até 24 (vinte e quatro) horas.

#### 4.7 Plano de Implantação:

- a) Deve ser entregue pela CONTRATADA em até 30 (trinta) dias corridos após a Assinatura do Contrato.
- b) Deve prever cronograma com todas as tarefas de implantação, suas dependências e os seus responsáveis, não podendo este cronograma superar um prazo de 90 (noventa) dias úteis.
- c) Deve prever diagrama de arquitetura, demonstrando os componentes da solução e os relacionamentos entre eles.
- d) Deve contemplar a elaboração de Plano de Testes.
- e) Deve contemplar, no mínimo, os seguintes aspectos:
  - A) LISTA COMPLETA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO NO AMBIENTE DA CONTRATANTE.
  - B) PLANO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE TODOS OS SERVIDORES (PRINCIPAIS E PROXIES) E CONEXÕES DE REDE LAN, SAN E WAN NECESSÁRIOS, PARA CONTEMPLAR A ARQUITETURA DO BACKUP DA ANTT.
  - C) PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE BACKUP, ENTREGUE PELA CONTRATANTE, COM AS SUAS RETENÇÕES E OS CLIENTES A QUE PERTENCEM A CADA UMA DELAS.
  - D) SIZING (DIMENSIONAMENTO) EM TB DA ÁREA DE ARMAZENAMENTO (EM CADA NÍVEL, DISCO) NECESSÁRIO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO BACKUP DE ACORDO COM O TAMANHO DO AMBIENTE E A POLÍTICA DE BACKUP DEFINIDA PELA CONTRATANTE.
  - E) DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE STAGING DE FORMA A ACOMODAR DEVIDAMENTE AS POLÍTICAS DE RETENÇÃO DA CONTRATANTE.
  - F) PLANO DE IMPLANTAÇÃO PARA A NOVA SOLUÇÃO DE BACKUP/RECOVERY DO MICROSOFT ACTIVE DIRECTORY.
  - G) PLANO DE MIGRAÇÃO PARA A NOVA SOLUÇÃO DE BACKUP/RECOVERY DE MÁQUINAS VIRTUAIS DO VMWARE.
  - H) PLANO DE BACKUP/RECOVERY DE MÁQUINAS VIRTUAIS NA NUVEM MICROSOFT AZURE, AWS E GOOGLE CLOUD.
  - I) PLANO DE MIGRAÇÃO PARA A NOVA SOLUÇÃO DE BACKUP/RECOVERY DO MICROSOFT EXCHANGE.

- J) PLANO DE MIGRAÇÃO PARA A NOVA SOLUÇÃO DE BACKUP/RECOVERY DE BANCOS DE DADOS MICROSOFT SQL SERVER.
  - K) PLANO DE MIGRAÇÃO PARA A NOVA SOLUÇÃO DE BACKUP/RECOVERY DE BANCOS DE DADOS ORACLE 11G R2.
  - L) PLANO DE MIGRAÇÃO PARA A NOVA SOLUÇÃO DE BACKUP/RECOVERY DE FILESERVERS NO MICROSOFT FAILOVER CLUSTER EM DISCO RDM NO VMWARE.
  - M) PLANO DE MIGRAÇÃO PARA A NOVA SOLUÇÃO DE BACKUP/RECOVERY NO SITE DE DR.
  - N) PLANO DE MONITORAMENTO COM OS PRINCIPAIS ITENS A SEREM MONITORADOS EM TODA ARQUITETURA DA SOLUÇÃO.
  - O) ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARES PARA A VERSÃO MAIS RECENTE QUE SEJA CONSIDERADA ESTÁVEL PELO FABRICANTE.
  - P) ORIENTAÇÕES E SUGESTÕES DE EVENTUAIS AJUSTES NOS EQUIPAMENTOS DA ANTT QUE SERÃO INTEGRADOS À SOLUÇÃO, DE ACORDO DE MELHORES PRÁTICAS.
- f) A CONTRATANTE aprovará o Plano de Implantação em até 5 dias úteis após a sua entrega.
  - g) A CONTRATADA terá até 7 dias úteis para ajuste no Plano de Instalação caso este não seja aprovado pela CONTRATANTE;
  - h) A CONTRATADA terá até 30 dias úteis após o Repasse de Conhecimento para finalizar a implantação da solução.

#### 4.8 Execução da Implantação:

- a) A execução da implantação somente deverá ser iniciada após aprovação do Plano de Implantação e deve seguir as atividades e configurações. Qualquer mudança em algum aspecto do planejamento deve ser comunicada e aprovada pela CONTRATANTE;
- b) A critério da CONTRATANTE, atividades de implantação podem ser executadas em dias não úteis ou fora do horário comercial de forma a garantir a disponibilidade do serviço aos usuários da CONTRATADA;
- c) Ao final da implantação, deve ser executado o plano de testes elaborado durante a fase de planejamento.

#### 4.9 AS-BUILT

- a) Ao término dos serviços deve ser criado um Relatório Técnico Detalhado (As-Built) contendo, no mínimo, as seguintes informações:
  - A) DIAGRAMA DE ARQUITETURA, DEMONSTRANDO OS COMPONENTES DA SOLUÇÃO E OS RELACIONAMENTOS ENTRE ELES;

- B) PROCEDIMENTO OPERACIONAL DETALHADO COM AS ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO E DETALHAMENTO DAS CONFIGURAÇÕES REALIZADAS EM CADA COMPONENTE DA SOLUÇÃO;
- C) RESULTADO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE TESTE;
- D) INFORMAÇÕES DE MONITORAMENTO DA SOLUÇÃO;
- E) INFORMAÇÕES PERTINENTES A POSTERIOR CONTINUIDADE E MANUTENÇÃO DA SOLUÇÃO;
- F) REFERÊNCIAS DA DOCUMENTAÇÃO OFICIAL DO PRODUTO PARA OS COMPONENTES DA SOLUÇÃO INSTALADOS.

----- FIM DO APÊNDICE “A” -----

APÊNDICE "B"

**MODELO**

**PROPOSTA DE PREÇOS**

(em papel timbrado da empresa)

À

**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**

Superintendência de Gestão – SUDEG / Gerência de Licitações e Contratos - GELIC

Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8

70200-003 - Brasília, DF

**Referência:** Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ e inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no(a) \_\_\_\_\_, para eventual **aquisição (ou contratação) xxxxxxxx** para atender às necessidades da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**, de acordo com as especificações e condições constantes do Pregão em referência, bem como do respectivo Edital e seus Anexos.

**PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Lote	Item	Descrição	Nome / Marca / Modelo / Versão	Métrica	Quantidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1			MV	1.151		
	2			Usuário	2.400		
	3			Unidade	1		
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>							

**1) Dados da Proposta:**

Valor Total: R\$ \_\_\_\_\_ (**VALOR POR EXTENSO**).

**SOFTWARE:** (deverá ser informado, **obrigatoriamente**, o detalhamento dos softwares a serem fornecidos, quando for o caso, acompanhados dos respectivos *datasheets*)

Nome do Software: \_\_\_\_\_ Versão: \_\_\_\_\_

Nome do Fabricante: \_\_\_\_\_

Procedência: 1. Nacional [ ] 2. Importado: [ ]

Sítio na WEB do Fabricante: \_\_\_\_\_

Responsável: \_\_\_\_\_ Telefone Contato: \_\_\_\_\_

**HARDWARE:** (deverá ser informado, **obrigatoriamente**, o detalhamento dos hardwares a serem fornecidos, quando for o caso, acompanhados dos respectivos *datasheets*)

Nome do Hardware: \_\_\_\_\_ Marca: \_\_\_\_\_ Modelo: \_\_\_\_\_

Nome do Fabricante: \_\_\_\_\_

Procedência: 1. Nacional [ ] 2. Importado: [ ]

Sítio na WEB do Fabricante: \_\_\_\_\_

Responsável: \_\_\_\_\_ Telefone Contato: \_\_\_\_\_

2) Validade da Proposta: 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

3) Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

4) Dados da empresa:

a) Razão Social: \_\_\_\_\_

b) CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_

c) Inscrição Estadual nº: \_\_\_\_\_

d) Endereço: \_\_\_\_\_

e) Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

f) Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

g) CEP: \_\_\_\_\_

h) Representante(s) legal(is) com poderes para assinar o contrato:

a. Nome: \_\_\_\_\_

b. Cargo: \_\_\_\_\_

c. CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

i) Dados Bancários:

a. Banco: \_\_\_\_\_

b. Agência: \_\_\_\_\_

c. Conta Corrente: \_\_\_\_\_



**j) Dados para Contato:**

a. Nome: \_\_\_\_\_

b. Telefone/Ramal: \_\_\_\_\_

Declaramos, para todos os fins e efeitos legais, aceitar, irrestritamente, todas as condições e exigências estabelecidas no Edital da licitação em referência e do Contrato a ser celebrado, cuja minuta constitui o Anexo “\_\_” do Edital.

Declaramos, ainda, que inexistente qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com servidor ou dirigente da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)  
Cargo  
CPF

----- **FIM DO APÊNDICE “B”** -----

**APÊNDICE “C”**

**DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

(em papel timbrado da empresa)

<b>Empresa</b>		
<b>CNPJ</b>		<b>Inscrição Estadual</b>
<b>Endereço</b>		
<b>Cidade</b>		<b>Estado</b>
<b>CEP</b>	<b>Telefone</b>	<b>E-mail institucional</b>
<b>Representante Legal</b>		

**DECLARO**, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, instaurado pelo Processo nº \_\_\_\_\_, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Carimbo e Assinatura do Responsável/Representante da Empresa**  
(Nome legível)  
**CPF nº**

----- FIM DO APÊNDICE “C” -----

**APÊNDICE "D"****ORDEM DE SERVIÇO (OS) OU ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS (OFB)**

Nº da Ordem de Fornecimento ou OS	Data de Emissão da OFB ou OS	Nº do Contrato	Data de Assinatura do Contrato
Área Requisitante		Requisitante Responsável	

**1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA CONTRATADA**

Nome da Empresa

CNPJ

Inscrição Estadual

Endereço

Cidade

Estado

CEP

Telefone

E-mail institucional

Preposto

**2. OBJETO DO CONTRATO****2.1. ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/PRODUTOS A SEREM ENTREGUES E CUSTOS ESTIMADOS**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
VALOR TOTAL DA OFB R\$					

**2.2. DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES DAS ENTREGAS****2.3. PERÍODO DE EXECUÇÃO DA ENTREGA**

Data de Início da Entrega

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Data de Término da Entrega

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**2.4. CRONOGRAMA DE ENTREGA**

Item	Tarefa/Entrega	Início	Fim
		____/____/____	____/____/____
		____/____/____	____/____/____
		____/____/____	____/____/____

### 3. LOCAL DE ENTREGA DOS BENS/PRODUTOS

Na Superintendência de Tecnologia da Informação (SUTEC), Bloco “G” - 1º Subsolo, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8 - Brasília - DF, CEP: 70200-003. URBA?

### 4. APROVAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO

#### Solicitação

Solicitamos a realização do serviço acima caracterizado, nos termos constantes desta Ordem de Fornecimento de Bens, que tem por base as obrigações e responsabilidades da contratada constantes do contrato firmado, supra indicado.

(assinado eletronicamente)  
<Nome do Fiscal Requisitante>  
Matrícula SIAPE <Nº da matrícula>  
Integrante Requisitante

#### Autorização

Autorizo a realização do serviço acima caracterizado, nos termos constantes desta Ordem de Fornecimento de Bens, que tem por base as obrigações e responsabilidades da contratada constantes do contrato firmado, supra indicado.

(assinado eletronicamente)  
<Nome do Gestor do Contrato >  
Matrícula SIAPE <Nº da matrícula>  
Gestor do Contrato

### 5. CIENTE DA CONTRATADA

Declaramos nossa ciência e concordância com as condições registradas nesta Ordem de Fornecimento de Bens para execução dos serviços solicitados.

(assinado eletronicamente)  
<Nome do Representante Legal da Contratada>  
CPF:  
Preposto da Contratada

----- FIM DO APÊNDICE “D” -----

## 1 IDENTIFICAÇÃO

Nº do Contrato	Número da O.S. ou O.F.B	Data de Emissão
Contratante		
Contratada		
Processo Administrativo nº	Processo Licitatório	
Objeto		

## 2 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS/BENS E VOLUME DE EXECUÇÃO

Lote	Item	Descrição dos serviços/bens	Unidade	Quantidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1					
	2					
	3					
VALOR TOTAL (R\$)						

## 3 RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “a”, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019, de 4 de abril de 2019, alterada pela IN SGD/ME nº 31/2021, emitida pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, que os **serviços e/ou bens**, integrantes da **O.S./O.F.B** acima identificada e/ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram recebidos provisoriamente nesta data e serão objetos de avaliação quanto à adequação da Solução de Tecnologia da Informação e à conformidade de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato pela Contratante.

Para fins de recebimento destes **serviços/bens** foram entregues os seguintes documentos:

1) \_\_\_\_\_;

2) \_\_\_\_\_.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes **serviços/bens** ocorrerá após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, no prazo de até **15 (quinze)** dias, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**.

**PELA CONTRATANTE:**

*(assinado eletronicamente)*  
*<Nome do Fiscal Técnico>*  
Matrícula SIAPE *<Nº da matrícula>*  
Fiscal Técnico

**PELA CONTRATADA:**

*(assinado eletronicamente)*  
*<Nome do Representante Legal da Contratada>*  
CPF:  
Preposto da Contratada

----- FIM DO APÊNDICE “E” -----

## TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

## 4 IDENTIFICAÇÃO

Nº do Contrato	Número da O.S. ou O.F.B	Data de Emissão
Contratante		
Contratada		
Processo Administrativo nº	Processo Licitatório	
Objeto		

## 5 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS/BENS E VOLUME DE EXECUÇÃO

Lote	Item	Descrição dos serviços/bens	Unidad e	Quantidad e	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1					
	2					
	3					
VALOR TOTAL (R\$)						

## 6 ATESTE DE RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto na alínea “f”, inciso II, e alínea “d”, inciso III, do art. 33, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019, de 4 de abril de 2019, alterada pela IN SGD/ME nº 31/2021, emitida pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, que os **serviços e/ou bens** integrantes da **O.S/O.F.B** acima identificada e/ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, atendem às exigências especificadas no Termo de Referência do Contrato, com base no Relatório Circunstanciado elaborado pela fiscalização técnica e documentação apresentada.

## 7 DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejem indicação de glosas e sanções, <cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à <OS/OFB> acima identificada monta em R\$ <valor> (<valor por extenso>).

**Referência:** <Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>.

### PELA CONTRATANTE:

(assinado eletronicamente)  
<Nome do Fiscal Requisitante>  
Matrícula SIAPE <Nº da matrícula>  
Integrante Requisitante

(assinado eletronicamente)  
<Nome do Fiscal Técnico>  
Matrícula SIAPE <Nº da matrícula>  
Fiscal Técnico

### PELA CONTRATADA:

(assinado eletronicamente)  
<Nome do Representante Legal da Contratada>  
CPF:  
Preposto da Contratada

As seções seguintes podem constar em documento diverso, pois dizem respeito à autorização para o faturamento, a cargo do Gestor do Contrato, e a respectiva ciência do preposto quanto a esta autorização.

## 8 AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO

Nos termos da alínea “e”, inciso I, art. 33, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019, de 4 de abril de 2019, alterada pela IN SGD/ME nº 31/2021, emitida pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, AUTORIZA-SE a **CONTRATADA** a <faturar os serviços executados / apresentar as notas fiscais dos bens entregues> relativos à <OS/OFB>, no valor discriminado no <Termo de Recebimento Definitivo>.

(assinado eletronicamente)  
<Nome do Gestor do Contrato >  
Matrícula SIAPE <Nº da matrícula>  
Gestor do Contrato

### CIÊNCIA



(assinado eletronicamente)  
<Nome do Representante Legal da Contratada>  
CPF:  
Preposto da Contratada

----- FIM DO APÊNDICE "F" -----

## TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

Processo Administrativo nº	Nº do Contrato	Data de Assinatura
<b>Objeto</b>		

A **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº **04.898.488/0001-77**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **Empresa** \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Sr \_\_\_\_\_, (cargo) \_\_\_\_\_, (nacionalidade) \_\_\_\_\_, (estado civil) \_\_\_\_\_, (profissão) \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_, e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente TERMO, e,

**CONSIDERANDO** que, em razão do atendimento à exigência do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, celebrado pelas PARTES, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a **<objeto do contrato>**, mediante condições estabelecidas pela **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**;

**CONSIDERANDO** que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **CONTRATADA** tiver acesso em virtude da execução contratual;

**CONSIDERANDO** a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES** de que a **CONTRATADA** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as PARTES.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**

**Parágrafo Primeiro:** As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pela **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**.

**Parágrafo Segundo:** A **CONTRATADA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pela **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**.

**Parágrafo Terceiro:** A **CONTRATADA** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**.

**Parágrafo Quarto:** A **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE**

**Parágrafo Único:** As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

- I. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;
- II. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
- III. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e

por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS**

**Parágrafo Primeiro:** A **CONTRATADA** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

**Parágrafo Segundo:** A **CONTRATADA** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**.

I. O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES.

**Parágrafo Terceiro:** A **CONTRATADA** se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**.

**Parágrafo Quarto:** A **CONTRATADA** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**.

**Parágrafo Quinto:** Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

**Parágrafo Sexto:** O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

I. Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **CONTRATADA**, são única e exclusiva propriedade intelectual da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**.

**Parágrafo Sétimo:** A **CONTRATADA** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

**Parágrafo Oitavo:** A **CONTRATADA** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES**

**Parágrafo Único:** Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

I. A **CONTRATADA** deverá devolver, íntegros e integralmente, todos os documentos a ela fornecida, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pela **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES** para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.

II. A **CONTRATADA** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

**Parágrafo Único:** O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura **até 5 (cinco) anos após o término do Contrato**.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

**Parágrafo Único:** A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as PARTES. Neste caso, a **CONTRATADA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Parágrafo Primeiro:** Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

**Parágrafo Segundo:** O presente **TERMO** constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas PARTES em ações feitas direta ou indiretamente.

**Parágrafo Terceiro:** Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as PARTES tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**.

**Parágrafo Quarto:** O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**.

**Parágrafo Quinto:** A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

#### **CLÁUSULA NONA - DO FORO**

**Parágrafo Único:** Fica eleito o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **TERMO**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, a **CONTRATADA** assina o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

**Nome do Diretor ou representante legal da empresa**  
**Cargo**  
**CPF nº**

---

Gestor do Contrato

Matrícula  
<<Cargo/Função>>  
<<Setor/Departamento>>

**TESTEMUNHAS**

---

<Nome>  
<Qualificação>  
<CPF>

---

<Nome>  
<Qualificação>  
<CPF>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

----- FIM DO APÊNDICE "G" -----

**APÊNDICE "H"****TERMO DE CIÊNCIA**

<b>Processo Administrativo nº</b>	<b>Nº do Contrato</b>	<b>Data de Assinatura</b>
<b>Objeto</b>		
<b>Identificação da Empresa Contratada</b>		
<b>Nome da Empresa</b>		
<b>CNPJ</b>	<b>Inscrição Estadual</b>	
<b>Endereço</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Estado</b>	
<b>CEP</b>	<b>Telefone</b>	<b>E-mail institucional</b>

Pelo presente instrumento, eu \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, expedida em \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_/\_\_\_\_, prestador de serviço, ocupando o cargo de \_\_\_\_\_ na empresa \_\_\_\_\_, que firmou Contrato com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, **DECLARO**, para fins de cumprimento de obrigações contratuais e sob pena das sanções administrativas, civis e penais, que tenho pleno conhecimento de minha responsabilidade no que concerne ao sigilo que deve ser mantido sobre os assuntos tratados, as atividades desenvolvidas e as ações realizadas no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres, bem como sobre todas as informações que, por força de minha função ou eventualmente, venham a ser do meu conhecimento, comprometendo-me a guardar o sigilo necessário a que sou obrigado nos termos da legislação vigente.

**DECLARO**, ainda, nos termos da Política de Segurança da Informação e Comunicações da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Resolução nº 5.854, de 10 de setembro de 2019, ou outra que venha a substituí-la, estar ciente e **CONCORDO** com as condições abaixo especificadas, responsabilizando-me por:

- I. tratar o(s) ativo(s) de informação como patrimônio da Agência Nacional de Transportes Terrestres;
- II. utilizar as informações em qualquer suporte sob minha custódia, exclusivamente, no interesse do serviço da Agência Nacional de Transportes Terrestres;



III. não utilizar ou divulgar em parte ou na totalidade, as informações de propriedade ou custodiadas, sob qualquer forma de armazenamento pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, sem autorização prévia do gestor ou responsável pela informação;

IV. contribuir para assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações;

V. utilizar credenciais ou contas de acesso e os ativos de informação em conformidade com a legislação vigente e normas específicas da Agência Nacional de Transportes Terrestres;

VI. responder, perante a Agência Nacional de Transportes Terrestres, pelo uso indevido das minhas credenciais ou contas de acesso e dos ativos de informação.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

**Nome do Funcionário**

**Cargo**

**CPF nº**

Ciente:

Cidade-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

**Nome do Diretor ou representante legal da empresa**

**Cargo**

**CPF nº**

----- **FIM DO APÊNDICE "H"** -----

**APÊNDICE “I”****TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO****IDENTIFICAÇÃO**

<b>Processo Administrativo nº</b>	<b>Nº do Contrato</b>	<b>Data de Assinatura</b>
<b>Objeto</b>		
<b>Identificação da Empresa Contratada</b>		
<b>Nome da Empresa</b>		
<b>CNPJ</b>	<b>Inscrição Estadual</b>	
<b>Endereço</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Estado</b>	
<b>CEP</b>	<b>Telefone</b>	<b>E-mail institucional</b>

**LISTA DE VERIFICAÇÃO**

<b>Item</b>	<b>ATENDID O</b>	<b>NÃO ATENDID O</b>	<b>NÃO APLICÁVEL</b>
Os recursos humanos e materiais foram preparados para a continuidade do negócio por parte da Administração?			
A contratada entregou as versões finais dos produtos e a documentação?			
Houve a transferência final de conhecimentos sobre a execução e manutenção da solução?			
A contratada devolveu os recursos que foram oferecidos para operacionalizar o contrato?			
Foram revogados os perfis de acesso dos funcionários da contratada?			
Foram eliminadas as caixas postais que foram oferecidas à contratada?			
<outras que se apliquem ao objeto da contratação>			
...			

## DO ENCERRAMENTO

Por este instrumento, as partes abaixo identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe e ressaltar o que segue:

O presente contrato está sendo encerrado por motivo de <motivo>.

As partes concedem-se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes do Contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte, exceto as relacionadas no parágrafo a seguir.

Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização, mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

- I. As obrigações relacionadas a processos iniciados de penalização contratual;
- II. As garantias sobre bens e serviços entregues ou prestados, tanto legais quanto convencionais;
- III. A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados;
- IV. <inserir pendências, se houver>.

E assim, tendo lido e concordado com todos os seus termos, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias iguais, para que surta seus efeitos jurídicos.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**PELA CONTRATANTE:**

*(assinado eletronicamente)*

<Autoridade Competente da Área Administrativa>

Matrícula SIAPE <Nº da matrícula>

**PELA CONTRATADA:**

*(assinado eletronicamente)*

<Nome do Representante Legal da Contratada>

CPF:

Preposto da Contratada

----- FIM DO APÊNDICE "I" -----